PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC- SP

LUZIA HELENA DA SILVA

PROJETO CENTRO DE CONVIVÊNCIA PARA JOVENS E ADULTOS COM MÚLTIPLAS DEFICIÊNCIAS EM SANTANA DE PARNAÍBA E REGIÃO

SÃO PAULO - SP

2020

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC- SP

LUZIA HELENA DA SILVA

PROJETO CENTRO DE CONVIVÊNCIA PARA JOVENS E ADULTOS COM MÚLTIPLAS DEFICIÊNCIAS EM SANTANA DE PARNAÍBA E REGIÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-graduação Latu Senso em Gestão de Projetos Sociais em Organizações do Terceiro Setor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como requisito parcial para obtenção do título de especialista em Gestão de Projetos Sociais em Organizações do Terceiro Setor, sob a orientação da Professora Maria de Fátima D. C. Alexandre

SÃO PAULO - SP

2020

LUZIA HELENA DA SILVA

PROJETO CENTRO DE CONVIVÊNCIA PARA JOVENS E ADULTOS COM MÚLTIPLAS DEFICIÊNCIAS EM SANTANA DE PARNAÍBA E REGIÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação Latu Senso em Gestão de Projetos Sociais em Organizações do Terceiro Setor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como requisito parcial para obtenção do título de especialista em Gestão de Projetos Sociais em Organizações do Terceiro Setor, sob a orientação da Professora Maria de Fátima D. C. Alexandre

Data da Aprovação: _____de _____de 2021.

Banca examinadora

_____

Profa. Ms. Maria de Fátima D. C. Alexandre
orientadora

_____

Examinador

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a todas as pessoas que me ajudam a construir a Comunidade de Amor Rainha da Paz.

À nossa mãe, tão providente: Nossa Senhora Rainha da Paz, tão presente que inspira esta casa acolhedora de seus filhos prediletos. Dedico aos voluntários, colaboradores, diretores e familiares dos assistidos. E de maneira especial dedico a minha família, que muitas vezes, privada do convívio familiar me incentivou a não desistir deste sonho. Acreditar num sonho. Acreditar que podíamos seguir em frente.

Acreditar naquela mãe que desesperada nos pedia ajuda quando ninguém mais a oferecia, porque sentia que seu filho podia crescer com mais qualidade de vida. Acreditar naquele profissional que pedia mais recursos porque sabia que seu paciente um dia a seu tempo iria corresponder. A todos que com tanto carinho trago no coração, o meu desejo de registrar de forma simples, mas profunda, todo o meu carinho e dedicação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela capacidade de realização que tem me dado até agora, pois sem Ele não teria chegado até aqui. À minha família, aos meus amigos que sempre me incentivaram a prosseguir e, estiveram ao meu lado em todos os momentos. A Rainha da Paz, uma missão que cresce no silêncio de cada coração ali ofertado e de cada gesto de acolhida, de orientação e de serviço. Aos professores, especialmente a Profa. Maria de Fátima D. C. Alexandre, que muito me incentivou a buscar desenvolver este trabalho, me ajudou a perceber a grandeza do potencial que existe nas pessoas e que é possível tornar um sonho realidade.

A cada dia somos contemplados com bênçãos divinas que muitas vezes não ficam registradas em papel, mas que acredito estarem guardadas no coração. Não era Nossa Senhora que guardava em seu coração todas as lembranças conservando-as com cuidado?

Enfim, quero agradecer carinhosamente a todas as pessoas e desejar a bênção da nossa mãe Rainha da Paz.

Que os caminhos e a luz do Espírito Santo continuem indicando que, além de nossas forças, existe um Deus que acolhe, abriga e mostra o caminho a ser seguido. “Tudo o que fizeres ao menor dos meus irmãos, foi a mim que fizestes." (Mt 25:45)

“A todos que sofrem e estão sós,
dai sempre um sorriso de alegria.
Não lhe proporcione apenas os vossos cuidados,
mas também o vosso coração.”
Madre Teresa de Calcutá.

RESUMO

Este trabalho apresenta o projeto de construção do centro de convivência para jovens e adultos com deficiência, baseado na análise do cenário do jovem, olhar da família, da sociedade, além de aspectos sobre a deficiência, leis e olhar da Rainha da Paz sobre a pessoa com deficiência. Acreditamos que essas pessoas têm o direito de permanecer em suas comunidades locais recebendo o apoio que necessitam dentro das estruturas comuns de educação, saúde, emprego e renda entre outras.

Palavras-chave: Jovem, família, autonomia, inclusão, deficiência, centro de convivência.

ABSTRACT

This work presents the project for the construction of a community center for young people and adults with disabilities, based on the analysis of the young person's scenario, the family's and society's views, as well as aspects of disability, laws and the Queen of Peace's view of the person with disabilities. We believe that these people have the right to remain in their local communities receiving the support they need within the common structures of education, health, employment and income, among others.

Keywords: Youth, family, autonomy, inclusion, disability, community center.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 - Atendimentos em 2018 e 2019 na Rainha da Paz 14
Figura 2 – Santana de Parnaíba - cidades 32
Figura 3 – Linha do tempo 35
Figura 4 – Vista externa prédio 1 35
Figura 5 - Vista externa prédio 2 36
Figura 6 – Organograma da Rainha da Paz 39
Figura 7 – Oficina de Xadrez 40
Figura 8 – Oficina de Pintura 41
Figura 9 – Vivência dos Colaboradores 41
Figura 10 – Projeto João-de-Barro 42
Figura 11 – Projeto João-de-Barro 42
Figura 12 – Missão da Rainha da Paz 43
Figura 13 – Usuários atendidos por município 45
Figura 14 – Dia-a-dia da Rainha da Paz 48
Figura 15 – ODSs relacionados à organização 49
Figura 16 – ODS relacionada indiretamente à organização 50
Figura 17 – ODS relacionados ao projeto 52
Figura 18 – Idade dos entrevistados 55
Figura 19 – Roda de conversa com colaboradores 56
Figura 20 – Roda de conversa com parceiros 56
Figura 21 – O que o deixaria mais feliz? 57
Figura 22 – Concepção artística do futuro Centro de Convivência 60
Figura 23 - Parceiros da Organização 83
Figura 24 – Parceiros (empresas privadas) 84
Figura 25 - Mantenedora 85

QUADROS

Quadro 1 – Atividades e finalidades.....35/36

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 13

1.1 APRESENTAÇÃO 13

2. JOVENS COM DEFICIÊNCIA E A SOCIEDADE 16

2.1 O JOVEM 16

2.2 O JOVEM COM DEFICIÊNCIA 19

2.3 CONTEXTO FAMILIAR 20

2.4 LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE A PESSOA COM DEFICIENCIA 23

2.5 UMA VISÃO SOBRE A INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA 28

2.6 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA – SANTANA DE PARNAÍBA E REGIÃO 31

3. HISTÓRICO DA ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE COMUNIDADE DE AMOR RAINHA DA PAZ 33

3.1 A RAINHA DA PAZ NASCE PARA SERVIR 33

3.2 FINALIDADE ESTATUTÁRIA 36

3.3 ATUAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO 37

3.4 MISSÃO, VISÃO E VALORES 43

3.5 BENEFICIÁRIOS 44

3.6 A RAINHA DA PAZ NA HISTÓRIA DA DEFICIÊNCIA 45

3.7 ODS RELACIONADOS À ORGANIZAÇÃO E AO PROJETO 48

4. A ESCUTA ATIVA DOS JOVENS E SUAS NECESSIDADES 54

4.1 – PARTICIPANTES 55

4.2 – RESPOSTAS E DEPOIMENTOS 56

5. PROJETO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE JOVENS E ADULTOS COM DEFICIENCIAS MULTIPLAS 60

5.1 JUSTIFICATIVA 61

5.2 PÚBLICO ALVO DO PROJETO 67

5.2.1 BENEFICIÁRIOS DIRETOS 67

5.2.2 BENEFICIÁRIOS INDIRETOS 67
5.3 OBJETIVOS E METAS 67
5.3.1 GERAIS 67
5.3.2 ESPECÍFICOS 67
5.3.3 AÇÕES E METAS 68
5.4 DESCRIÇÃO DO ESCOPO 70
5.5 PREMISSAS E RESTRIÇÕES 70
5.6 METODOLOGIA 71
5.7 FASES DO PROJETO 72
5.8 CRONOGRAMA DE ATIVIDADES 74
5.9 ORÇAMENTO 75
5.10 PLANEJAMENTO DE COMUNICAÇÃO 77
5.11 SISTEMA DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PROJETO 79
5.12 MAPA DE RISCOS 80
5.13 SUSTENTABILIDADE 81
5.14 EQUIPE EXECUTORA 81
5.15 PARCEIROS E MATRIZ DE RESPONSABILIDADES 83
6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS 86
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 88
APÊNDICE 1 - FORMULÁRIO DE PESQUISA PARA OS JOVENS ... 90
APÊNDICE 2 - FORMULÁRIO DE PESQUISA PARA FAMILIA 90
APÊNDICE 3 - PLANTAS DA ESTRUTURA DO PROJETO 96
ANEXO 1 - Finalidade Estatutária da Rainha da Paz 98
ANEXO 2 - Folder NDEPC 101

1. INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO

O presente trabalho de conclusão do curso de Gestão de projetos sociais, tem como objetivo relatar o projeto do centro de convivência para jovens e adultos com múltiplas deficiências, como extensão do atendimento já realizado na Associação Beneficente Comunidade de Amor Rainha da Paz (Rainha da Paz), garantindo mais qualidade de vida e gerando oportunidades para melhor integração na sociedade como um todo. Sabemos que são escassos os centros de convivência voltados para as pessoas com deficiência e que essas pessoas acabam ficando à margem da sociedade por falta de suporte e oportunidades.

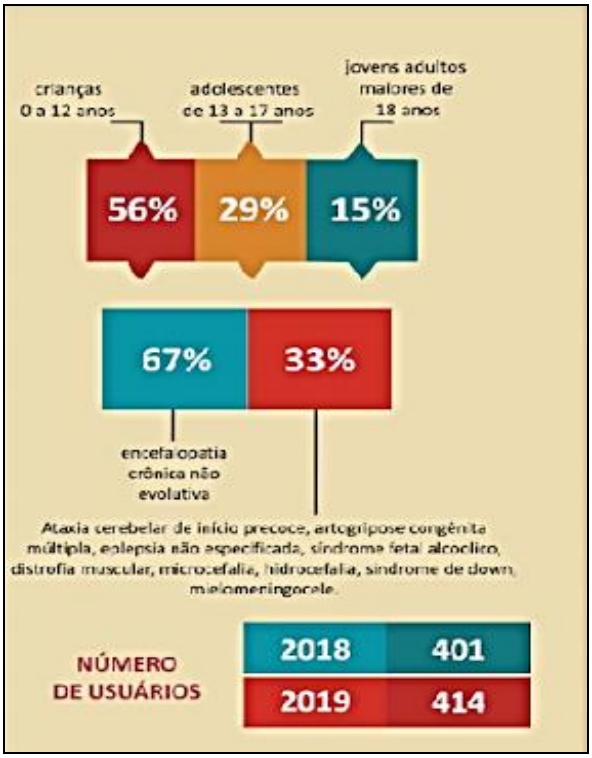
Uma grande inquietude e desejo de fazer algo em benefício deste público em situação de vulnerabilidade social e com direitos violados, nos levou a desenvolver este projeto. Adentrar no sonho e conhecer bem de perto as suas expectativas, me fez sentir mais apaixonada pela causa. A proposta é desafiadora, mas a motivação me leva a acreditar que é possível transformar sonhos em realidades e que nossa contribuição fará diferença na vida de muitos jovens.

A escolha do tema baseou-se em minha prática profissional de 19 anos, já que no meu dia a dia convivo com a angústia das famílias desamparadas pela falta de continuidade de um tratamento efetivo na idade adulta. A instituição desde a sua fundação realiza o atendimento voltado às pessoas em vulnerabilidade social com algum comprometimento neurológico. As principais patologias atendidas são: encefalopatia crônica não evolutiva, síndromes e outras classificações internacionais de doenças e problemas relacionados à saúde (CID). Noventa por cento dos atendidos se locomovem com cadeiras de rodas.

As encefalopatias crônicas da infância incluem numerosas afecções com várias etiologias e quadros clínicos diversos tendo em comum o fato de afetarem o sistema nervoso central das crianças com um caráter crônico. Um subgrupo de pacientes é formado por afecções de caráter progressivo que vão se agravando lenta ou rapidamente, e outro subgrupo apresenta caráter não progressivo e tendência à regressão espontânea, maior ou menor, à medida que o tempo vai passando. Embora o desenvolvimento da criança normal seja a base sobre a qual o desenvolvimento anormal é avaliado, disto não decorre que a avaliação e o

tratamento devam depender de uma aderência estrita aos estágios de desenvolvimento normal. Mesmo crianças normais mostram muitas variações das sequelas de desenvolvimento normal e dos padrões de desenvolvimento estabelecidos para a criança média. A criança com paralisia cerebral mostrará variações adicionais em virtude das dificuldades neurológicas e mecânicas (LEITE & PRADO, 2004).

Figura 1 - Atendimentos em 2018 e 2019 na Rainha da Paz



Fonte: *Departamento de Comunicação Rainha da Paz.*

Ao iniciar todo e qualquer trabalho na Rainha da Paz, nos deparamos com histórias de sofrimento, fé e superação. Quando a acolhida e a integração das famílias tornam-se pontos de apoio importantes na recuperação dos atendidos, quando uma moradia é reconstruída num espaço digno de ocupação, torna-se possível uma organização saudável dessas famílias. Fatos como esses transformam questionamentos em certezas.

Desde sua fundação em 2001 passaram pelos projetos socioassistenciais e de reabilitação 598 usuários e suas famílias em atendimentos regulares mensais. Atualmente atendemos mensal e diretamente 416 usuários e os responsáveis que os acompanham, contabilizando cerca de 828 atendimentos mensais, realizados

pela Rainha da Paz. Nesse olhar voltado para o jovem e sua família, a instituição promove também projetos para os irmãos e demais familiares, buscando a melhoria de condição de moradia, de acessibilidade e de relacionamento social.

Neste trabalho serão abordados contextos em que vivem essas pessoas, suas lutas pelos seus direitos, sua história, políticas públicas, legislação, identidade e a luta incansável para serem reconhecidos como sujeitos da sua própria história, como protagonistas. A compreensão da individualidade passa necessariamente por ter em conta as particularidades de cada jovem com deficiência imersa em sonhos, medos e frustrações. Sem dúvida o que fará a diferença no final será o contexto de vida e a busca pela realização dos seus sonhos.

Para o desenho do projeto do centro de convivência foram considerados todos estes aspectos, frutos da experiencia, da convivência nos atendimentos e de uma escuta ativa realizada junto aos atendidos, suas famílias, equipe e parceiros.

Na concretização deste projeto confluíram a boa vontade e empenho de muitas pessoas e instituições, que merecem reconhecimento, citadas nos meus agradecimentos. Este espaço está sendo construído cuidadosamente com a participação dos jovens, seus familiares, parcerias públicas, colaboradores da Instituição responsável pela implantação do projeto, voluntários e a comunidade em geral.

Os capítulos iniciais apresentam o jovem dentro do contexto social, político e econômico; a visão do jovem com deficiência e o papel da família; a legislação, políticas públicas e o papel inclusivo. Na sequência é apresentada a Associação Beneficente Comunidade de Amor Rainha da Paz, com seu histórico de atividades em Santana de Parnaíba e os projetos que realiza atualmente. Fruto desse conhecimento e experiencia, o último capítulo apresenta o plano do projeto do Centro de Convivência, desenhado para atender às necessidades dos jovens e adultos com múltiplas deficiências que residem na região.

2. JOVENS COM DEFICIÊNCIA E A SOCIEDADE

Começaremos contando um pouco sobre a trajetória do jovem em algumas décadas, para entendermos o contexto onde está inserido e qual a sua atuação dentro da sociedade no âmbito social, econômico e cultural.

2.1 O JOVEM

No século XXI são visíveis as transformações pelas quais o mundo passa, impactando a vida de muitas pessoas, especialmente a dos jovens, onde eles são mais atingidos em questão de socialização, educação, trabalho, modos de vida e pensamentos. Neste cenário de novas concepções, há uma explosão de novas ideias, pois os jovens se deparam com seu direito de trabalhar, estudar, de realizar seus objetivos e projetos da vida.

No Brasil, nos últimos anos, devido ao maior debate sobre políticas públicas de juventude, vem se buscando uma melhor definição do tema. Atualmente, considera-se jovem a população entre 15 e 29 anos de idade[1]. Mas apenas a questão etária não é suficiente para abarcar a condição juvenil. Conforme a socióloga Helena Abramo (2005):

> *"Trata-se de uma fase marcada por processos de desenvolvimento, inserção social e definição de identidades, o que exige experimentação intensa em diversas esferas da vida. Essa fase do ciclo de vida não pode mais ser considerada, como em outros tempos, uma breve passagem da infância para a maturidade, de isolamento e suspensão da vida social, com a 'tarefa' quase exclusiva de preparação para a vida adulta. Esse período se alongou e se transformou, ganhando maior complexidade e significação social, trazendo novas questões para as quais a sociedade ainda não tem respostas integralmente formuladas".*

[1] Conforme indica o Estatuto da Juventude são considerados jovens aqueles que têm entre 15 e 29 anos de idade (BRASIL 2013)

Porém, viver essa condição, ou seja, viver a experiência de todos esses processos não é algo homogêneo para todas as pessoas entre 15 e 29 anos. Se podemos pensar em uma **condição juvenil** (que, não esqueçamos, muda de acordo com a sociedade e com o momento histórico), temos que falar em **situações juvenis**, onde devemos considerar questões como a de gênero, classe, etnia, escolaridade, mundo do trabalho, expressão cultural etc. Nesse sentido, não podemos falar em Juventude, mas em **Juventudes**, levando em conta, assim, as várias faces do ser jovem, variando com os inúmeros contextos e experiências nas quais os/as jovens estão inseridos, além das diversas formas que se manifestam, seus valores, suas concepções e seus sonhos.

Em relação à juventude, é essencial buscar a igualdade de condições com a valorização da diferença para a manutenção dos direitos de forma plena e libertadora. O desafio é levar a sociedade a perceber os jovens como sujeitos de direitos e protagonistas na promoção e recepção das políticas públicas.”

Segundo dados do IBGE (2010), 34.236.060 de brasileiros têm entre 15 e 24 anos e 51.311.480 de brasileiros têm entre 15 e 29 anos de idade, correspondendo a quase 27% do total da população do país.

Os adolescentes e jovens estão entre os mais expostos aos efeitos da pobreza, vítimas de toda sorte de alienações, que afetam sua identidade pessoal e social. Estão muito afetados por uma educação de baixa qualidade e pelo desemprego. Segundo pesquisa do IPEA (2019) o desemprego entre jovens de 15 a 24 anos é 3,5 vezes maior do que entre os trabalhadores considerados adultos, com mais de 24 anos. O índice de desemprego entre os jovens é de 19%, aponta a pesquisa, a maior dos anos pesquisados: 18% (2000), 11% (1995), 7% (1990) e 6% (1985). De acordo com o estudo, o desemprego é maior entre os jovens porque a demissão desses trabalhadores tem um custo mais baixo para as empresas e por terem menos experiência, podem ser considerados “menos essenciais".

Há a questão também da desigualdade implantada há muito tempo, a condição juvenil é vivida de forma desigual, em questão de renda, estudo, local, o que dificulta a trajetória da vida dessas pessoas. Portanto, a juventude é vista como uma etapa em que os indivíduos processam sua inserção nas variadas dimensões da vida social, capazes de mudar o estilo de vida e moldar gerações futuras.

Ser jovem significa estar em uma fase da vida na qual se entra em confronto com diferentes questões sociais. Desigualdades econômicas, culturais e sociais

dividem o grupo etário em juventudes distintas, sobretudo entre os que conseguem usufruir da condição de «ser jovem» e os que vivem sobre condições de vida adulta (SILVA e SILVA, 2011). Além disso, é essencial considerar múltiplos fatores relacionados às vivências das juventudes. Uma das principais preocupações da sociedade é como inserir o jovem na vida social e todas as suas vertentes. Afinal, qual o papel a ser desenvolvido pelo jovem em pleno século XXI? Até porque, no atual contexto da sociedade do espetáculo, da selfie perfeita, e do aumento das ideias neonazistas, faz-se necessária uma ampla rede de debates do papel do jovem no contexto social.

Nesse sentido, entende-se que é fundamental estabelecer vínculos definitivos com os jovens e torná-los efetivos na sociedade. O jovem é extremamente importante para o contexto e o desenvolvimento da sua comunidade, pois como um ser pensante e antenado no mundo a sua volta pode também oferecer suas contribuições para a construção de uma sociedade mais justa e solidária. Como por exemplo, nas questões ambientais, sociais, políticas, educacionais entre outras necessidades.

No Brasil, muitos movimentos sociais foram desenvolvidos pelos jovens, por exemplo, os Caras Pintadas[2] e as Diretas Já[3], demonstrando que o jovem possui voz ativa e precisa ser amplificada numa sociedade pluralista e não meramente do espetáculo e da selfie perfeita. Portanto, faz-se necessário inserir definitivamente o jovem na sociedade atual e, para tanto, é imprescindível novos arranjos sociais para a conquista dos objetivos. Logo, o jovem deve ser apresentado ao mundo com todas as suas problemáticas, com grupos sociais, trabalhos em ONGs, ampliação de redes juvenis em portais telecomunicativos e movimentos que interligam os jovens das periferias dando voz a uma parcela da sociedade que é constantemente menosprezada, assim como o acesso é democratizado, ou seja, dando voz aos jovens que precisam ser escutadas e estabelecendo seu papel no contexto social. Ao mesmo tempo, a juventude é considerada como o período de transição para a vida adulta (VERHOOF et al., 2012), e apesar das diferentes trajetórias possíveis, é também compreendida por meio de marcadores temporais, como o final do ensino

[2] Os caras pintadas representou um movimento estudantil brasileiro ocorrido em 1992. O movimento tinha como objetivo principal o Impeachment do Presidente Fernando Collor de Mello.
[3] Diretas Já foi um movimento civil de reivindicação por eleições presidenciais diretas no Brasil ocorrido entre 1983 e 1984.

básico, a entrada no mercado de trabalho, ou o matrimônio, por exemplo (CAMARANO et al., 2006) e (FERREIRA E OLIVER, 2019).

Apesar das mudanças presentes, a juventude é considerada um processo mais amplo, relacionado à especificidade de cada sujeito, não se reduzindo às transições, mas também influenciada pelas concepções sociais acerca do que é ser jovem (DAYRELL, 2007), o contexto em que se vive (LEON, 2005), bem como o estatuto social que assume na sociedade (DOUTOR, 2016). Além disso, é essencial considerar múltiplos fatores relacionados às vivências das juventudes.

A estrutura socioeconômica capitalista da sociedade ocidental define uma importante vertente de análise que também cria diferenças nas possibilidades de vivência das juventudes. O acesso aos direitos sociais — como educação, cultura, saúde e outros —, aos bens materiais e à possibilidade de inserção no mundo do trabalho são elementos relevantes para se refletir sobre quem é o jovem e quais as perspectivas e possibilidades nesse estágio de liminaridade e transição para a vida adulta. As diferenças entre as juventudes passam, também, pelas classes sociais, pela desigualdade socioeconômica, pelo acesso aos direitos, pela diferenciação cultural de alguns grupos, dentre outros muitos elementos. Pertencer a uma classe desfavorecida economicamente determina, mesmo que não totalmente, as possibilidades de inserção dos jovens na sociedade (MALFITANO, 2011, pag. 524).

2.2 O JOVEM COM DEFICIÊNCIA

Há muito pouco tempo, marcadamente nas décadas de 1980 e 1990, é que a sociedade de modo geral, em todo o mundo, passou a ter uma preocupação com as pessoas com deficiência. É preciso considerar que os avanços tecnológicos e a melhora na qualidade dos serviços de saúde colaboraram com uma maior sobrevida destas pessoas e melhora na qualidade de vida das mesmas. Com isso, existe uma pressão cada vez maior pela participação deste grupo nas atividades sociais, no trabalho e escola. Contudo, apesar de leis que garantem esta participação, ainda estamos longe de um cenário de igualdade, sobretudo no Brasil.

O jovem com deficiência, seja física, intelectual ou ambas, encontra grandes barreiras, principalmente os das camadas sociais mais baixas, que vão desde

dificuldade de locomoção numa calçada até menores oportunidades em escolas ou atividades culturais. Na grande maioria dos casos, até o acesso a atividades da rotina dentro da própria casa ficam inviáveis pela falta de adaptação para sua condição. Para os jovens com deficiência física essas barreiras vão da falta de rampas até largura das portas que impede a passagem de cadeiras de rodas, banheiros muito estreitos e sem barras de segurança, balcões, vasos sanitários e mobiliários em altura não acessível, utensílios impróprios para deficientes visuais, escadas, etc.

Quanto aos portadores de déficit intelectual ou cognitivo, a dificuldade é ainda maior. Existe um enorme número de possibilidades, diferentes graus de comprometimento que afetam o raciocínio e a compreensão. Muitos deles têm dificuldade na socialização, nos relacionamentos, o que os impede de conviver em grupo, ou até mesmo em família. Atividades simples da vida diária transformam-se em verdadeiros desafios como cuidar da própria higiene, vestir-se, alimentar-se. Uma das maiores preocupações das famílias e da sociedade é garantir a melhor funcionalidade de cada indivíduo, dentro da sua possibilidade.

2.3 CONTEXTO FAMILIAR

No Brasil, os primeiros discursos em prol dos direitos das pessoas com deficiência, foram enunciados pelos seus pais e parentes, na década de 1960, contrapondo-se ao estado de segregação que lhes era imposto e reclamando o direito à convivência social. Em 1979, ocorreu um movimento por meio de cartas de protesto em colunas de jornais. Em outros países, esse tipo de movimento ganhou tamanha proporção que as necessidades e os interesses das pessoas com deficiência passaram a ser enfocados na mídia, constituindo-se tema de conferências internacionais. Graças ao movimento mundial, conquistou-se a proclamação da Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes; a recomendação da Organização das Nações Unidas (ONU) para que o ano 1981 fosse o Ano Internacional das Pessoas Deficientes, o Programa Mundial de Ação Relativo às Pessoas com Deficiência; a adoção, pela ONU, da política de Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência e o registro, na Declaração de

Salamanca, pela UNESCO, do termo **sociedade inclusiva**" (FRANCA E PAGLIUCA, 2009).

A participação social se configura nas relações interpessoais estabelecidas tanto no ambiente familiar, como no círculo de amizades, em redes sociais e internet, assim como nas relações amorosas e no reconhecimento de si mesmo perante o grupo social. Quanto ao contexto familiar, as condições socioeconômicas são semelhantes considerando-se que acessam ou acessaram benefícios sociais. Todos como indivíduo encaram dificuldades e precisam superar barreiras diárias.

A pessoa com deficiência enfrenta desafios maiores em todos os aspectos, iniciando com a aceitação familiar, a qual é primordial como apoio para um bom desenvolvimento. Estudos mostram que há infantilização desse grupo, seja pela família e/ou sociedade, o que traz como consequências a dificuldade desse adolescente com deficiência em interagir com seus pares, a dependência emocional e física de seus familiares e/ou cuidadores, dificuldade na construção de sua identidade e de entender a sua sexualidade. Pesquisas sobre esse assunto nos alertam para algo urgente, em relação à saúde mental desses jovens. Precisamos mudar o olhar e a postura para com eles**.**

A adolescência é uma etapa fundamental no processo de amadurecimento humano, marcada pela formação do corpo adulto e estruturação da personalidade do indivíduo. Esta fase pode ser considerada como um fenômeno transitório, o qual engloba aspectos biológicos, psicológicos, sociais e culturais, que não podem ser dissociados. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), esta etapa inicia-se aos 10 anos, perdurando até os 19 anos.

No que se refere ao jovem com deficiência e sabendo do processo lento de reabilitação, assim como extremamente trabalhoso, não há como imaginar esse processo sozinho. A dependência do outro é grande e de supra importância, desde o diagnóstico às suas conquistas e autonomia, onde tem a família como essencial nesse processo. Essa família não se resume a apenas aos pais, pois, muitas vezes, esse indivíduo é cuidado apenas pela genitora e abandonado pelo genitor (e vice-versa, em alguns poucos casos); abandonado por ambos os genitores e fica sob cuidado de avós, irmãos, padrinhos, tios, primos e até mesmo os agregados. Não é uma questão sanguínea, mas sim, de vínculos afetivos, já que em algumas situações, como em casas de acolhimento, por exemplo, os cuidadores fazem este papel. Com a participação ativa desses indivíduos na vida da pessoa com

deficiência, a reabilitação é efetiva e os resultados esperados em relação à autonomia são alcançados mais facilmente.

Dentro do olhar da psicologia, a adolescência é a fase de transição, com grandes transformações tanto físicas como psicológicas. É nesta fase que o jovem constrói seu mundo interno e forma sua identidade aprendendo assim a criar novas relações com o mundo externo, deixando a infância para trás para tornar-se adulto. Há características especiais como conflitos geracionais e internos, crises de identidade, fantasias, evolução e manifestações e descobertas sexuais. Fato esses que mexem ainda mais com famílias de pessoas com deficiência, por não saberem lidar com toda essa mudança, além da superproteção, a não aceitação da condição, o não saber lidar. Já para o adolescente, é quando ele começa a se perceber na sociedade e o preconceito e segregação são mais evidenciados. É um momento onde há simultaneamente, confusão de identidade e estruturação/solidificação da identidade, onde o olhar desse jovem está em sintonia com o olhar do outro, especialmente no que se refere à desejada consistência entre o como se sente e o como é percebido, somando ao momento de confusão de identidade de si. Com essa identidade, vêm outras definições (precoces ou não) de papeis e caráter profissional, religioso, entre outros.

Um aspecto também importante para determinar a satisfação com a vida dentre os adolescentes é a relação saudável de pais e/ou cuidadores principais. Eles desempenham importante papel na determinação do comportamento humano, na formação da personalidade, no curso da moral, na evolução mental e no estabelecimento da cultura. Os pais são vistos pelos adolescentes com deficiência como porto seguro, onde valorizam a afeição, o companheirismo e o apoio. Esta relação é responsável por proporcionar segurança aos jovens, fator relevante para o seu bem-estar. Porém, infelizmente o que vemos em nossa pratica são questões como infantilização, superproteção de quem cuida e dependência. É uma questão nas quais todos passam, principalmente, aqueles onde seu cognitivo é preservado e sua limitação maior é a física, junto com o preconceito e segregação.

Lembramos aqui da questão profissional, a independência, sonhada por muitos. O que vemos são poucas vagas de inclusão, a dificuldade de aprendizagem, que dificulta ainda mais essa inserção no mercado de trabalho, por exemplo, além da subestimação e superproteção de quem os cuida.

É preciso uma rede de apoio bem estruturada, de auxílio a essa família e ao adolescente com deficiência, com uma boa estrutura de auxílio não apenas de reabilitação motora, mas também da saúde mental, para que haja um desenvolvimento melhor desses. Infelizmente, temos a escassez de estudos envolvendo os adolescentes com deficiência, principalmente no âmbito nacional, a falta de conhecimento, preconceito quanto à importância da saúde mental e a superproteção por parte de quem cuida, o que dificulta esse desenvolvimento.

Fortalecer o vínculo com a Comunidade, compartilhar experiencias com outras mães, suas dores, angústias, cansaço emocional, resgatar a autoestima, desfrutar momentos de lazer, são atividades tão necessárias para o equilíbrio emocional daquelas que dedicam uma vida de muita renúncia e entrega aos filhos que precisam a vida inteira de cuidados especiais.

A Rainha da Paz na sua espiritualidade, traduz a família como a base da construção dos valores: respeito, autonomia, participação e humanização. No capítulo 3 apresentaremos os projetos voltados não apenas para o jovem, mas para sua família, em especial os cuidadores.

2.4 LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE A PESSOA COM DEFICIENCIA

> “A deficiência não está nas pessoas, mas sim na sociedade com suas barreiras.”
>
> (ANGARTEN, 2019)

Olhando para o contexto histórico e político, podemos dizer que o diferente sempre causou estranheza e desconforto nas pessoas e o preconceito caracterizou a resposta de muitas organizações sociais ao longo do tempo.

Na Grécia antiga, em Esparta as crianças eram examinadas ao nascer e, ao apresentarem defeitos físicos eram eliminadas, pois não correspondiam aos critérios de bons guerreiros. Esse é um exemplo clássico de uma percepção preconceituosa em relação á pessoa com deficiência, dentre tantas outras.

Apesar de as condições de existência serem bastante brutas, somente se caracterizava como pessoa com deficiência o indivíduo que não fosse capaz de garantir sua sobrevivência face aos perigos que a própria natureza potencializava,

ou indivíduo com aparência considerada anormal, se é que se pode utilizar esse termo para o referido período. Os apontamentos de Silva (1986) tendem, contudo, a traduzir o momento na história:

"A maioria dos povos primitivos indicava o extermínio como solução para o problema de crianças ou adultos com deficiências físicas ou mentais" (SILVA, 1986, p. 43).

Esse autor demonstra, também, que, entre culturas primitivas sedentárias e nômades, era diverso o tratamento a essas pessoas:

> [...] na abalizada opinião de antropólogos e mesmo de historiadores da medicina, pode-se observar basicamente dois tipos de atitudes para com pessoas doentes ou portadoras de deficiências: uma atitude de aceitação, tolerância, apoio e assimilação e uma outra, de eliminação, menosprezo ou destruição (SILVA, 1986, p. 39).

Somente no século XX essa questão do preconceito começou lentamente a se modificar. Mesmo assim no período da segunda guerra mundial os primeiros a serem considerados passíveis de serem eliminados eram pessoas deficientes.

A partir das organizações que se dedicavam à assistência daqueles com sofrimentos físicos e psicológicos durante a guerra, as discussões a respeito dos seus direitos e dignidade começaram a ocorrer de forma deliberada e frequente.

Em 1948 com a Declaração Universal dos Direitos Humanos[4] – um norte sobre a liberdade e a igualdade entre as pessoas – o debate acerca da inclusão da pessoa com deficiência começou a ser pauta dos interesses e reflexões. A partir deste momento, passou a reger sociedades do mundo todo o princípio de que "Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas as outras com fraternidade" (Art. 1º Declaração dos Direitos Humanos, 1948).

Especialmente na década de 1980, a Inclusão social das pessoas com deficiência começou a ser considerada um direito social básico, expresso em importantes documentos legais e normativas com o lema impulsionador de movimentos sociais e ações políticas.

[4] Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948.

Com o apoio da legislação e com o reconhecimento legal dessa realidade, a internalização social da deficiência conquistou seu lugar na sociedade moderna. Marcos importantes na história desta luta pela inclusão social brasileira: (GIL, 2020)

- 1999- O decreto 3298 dispõe sobre política nacional para a integração da pessoa com deficiência.
- 2002 – Lei n.10.436 reconhece a Língua Brasileira de sinais- Libras
- 2008 – Política Nacional de educação especial na perspectiva inclusiva dispõe atendimento especializado e o financiamento no âmbito FUNDEB.
- 2009 – Convenção sobre direitos das Pessoas com deficiência.
- 2015 – Lei Brasileira de Inclusão (LBI). Sancionada em Julho de 2015, esse importante marco regulatório passou a vigorar em Janeiro de 2016.

O jovem é objeto de estudo em diferentes campos de conhecimento, porém observa-se que existem poucos dados acerca dos jovens com deficiência, mesmo que representem grande parcela da população. Possivelmente os jovens com deficiência estão entre a população marginalizada em nossa sociedade, seja por exclusão educacional, social, das oportunidades de trabalho, culturais, de lazer, entre outras (UNICEF, 2013), (FERREIRA E OLIVER, 2019).

A sociedade percebe de forma distinta os tipos de deficiência e a capacidade limitada de atores sociais e governamentais para acomodar tais necessidades especiais, muitas vezes colocando-as a margem. As pessoas com deficiência vivenciam desigualdades na sua vida diária e têm menos oportunidades de ter acesso a oportunidade em um ambiente inclusivo.

Hoje no Brasil, milhares de pessoas com algum tipo de deficiência estão sendo discriminadas na comunidade em que vivem ou sendo excluídas do mercado de trabalho.

> Na atual conjuntura brasileira as Organizações Não Governamentais das PCD configuram novos espaços e formatos de participação, de relações sociais e conquistas: o Estado acatou o ano 1981 como o Ano Internacional das Pessoas Deficientes. Em 1986, sancionou o Decreto de Nº 93.481/86 que criou a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE). Em 24 de outubro de 1989 sancionou a Lei 7.853/89 dispondo sobre o apoio às PCD, sua integração social e disciplinando a atuação do Ministério Público”(Franca e Pagliuca, 2009).

Desse modo, podem ser relacionados como benefícios acessíveis às pessoas com deficiência e hoje consolidados:

- Aposentadoria da pessoa com deficiência;
- Benefício da prestação continuada da assistência social (BPC);
- Reserva de vagas no mercado de trabalho;
- Reserva de vagas em concursos públicos;
- Reserva de vagas em estacionamentos;
- Saque do PIS;
- Saque do fundo de garantia (FGTS);
- Quitação do financiamento da casa própria, no caso de invalidez;
- Livre acesso ao transporte coletivo.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde, 10% da população de cada país (quando não está na guerra) possui algum tipo de deficiência. Em países menos desenvolvidos, como o nosso, esse índice chega a 14%. O último censo do IBGE, realizado em 2010, constatou o número de 24,6 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência no Brasil. Não é à toa que a inclusão é um tema vigente. As ações educativas no cenário nacional convergem em direção a uma “educação para todos” e a inclusão é, sem dúvida, um dos seus maiores paradigmas.

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9394/96, afirma a necessidade de se criar currículos, métodos, técnicas e recursos educacionais para atender às necessidades de alunos com deficiências, bem como menciona que deve haver professores com especialização adequada para a inclusão desses alunos – razão pela qual os cursos de artes, entre eles o de música, devem pautar sua prática visando à inclusão das pessoas com deficiências. Afinal, “os deficientes têm direitos morais, cívicos e legais de receber um nível de educação artística semelhante ao das pessoas não deficientes” (CLAUS BANG, 1991).

O Ministério da Educação (2002) completa:

> *“Cada pessoa é única, com características físicas, mentais, sensoriais, afetivas e cognitivas diferenciadas. Portanto, há necessidade de se respeitar e valorizar a diversidade e a singularidade de cada ser humano” (MEC 2002).*

A deficiência, discutida pelo ponto de vista biomédico, é comumente considerada como perda ou anormalidade de estruturas anatômicas ou funções

fisiológicas e/ou psicológicas, que geram limitações no desempenho de atividades (OMS, 1989). Em outra perspectiva, considera-se que são as barreiras impostas pelo ambiente social como os maiores limitantes da participação da pessoa em seu contexto comunitário, e não mais sua condição individual (Brasil, 2015). É a organização da sociedade que segrega e estigmatiza, levando a pessoa deficiente aos processos de exclusão, desigualdade e não participação (DINIZ, BARBOSA e SANTOS, 2010, pág. 100)" (FERREIRA E OLIVER, 2019).

Uma pessoa com deficiência já possui muitas complicações em sua vida, ter uma qualidade de vida boa às vezes é difícil, dependendo da deficiência. Muitas pessoas com deficiência querem ter uma vida normal, como todo mundo, isso inclui ter um emprego. Porém a entrada no mercado de trabalho está difícil para todos, pessoas com deficiência tem ainda mais dificuldade, dificuldade essa que é imposta também pela sociedade, não somente pela pessoa.

As dificuldades que as pessoas com deficiência enfrentam estão relacionadas com barreiras e problemas que a sociedade causa, como por exemplo, atitudes preconceituosas e desconhecimento das necessidades especiais que uma pessoa com deficiência tem, além de muitas vezes desconhecerem os seus direitos (GIMENES et al., 2014). No entanto, apesar das dificuldades que as pessoas com deficiência encontram, elas têm sua vida facilitada por muitas soluções tecnológicas, chamadas de **tecnologias assistivas**, que é um termo contemporâneo, para soluções que melhoram as habilidades funcionais de pessoas com deficiência.

Por causa destas tecnologias assistivas muitas pessoas com deficiência têm sua qualidade de vida melhorada. Além da melhora da qualidade de vida, as tecnologias assistivas podem auxiliar as pessoas com deficiência a conseguirem realizar todas as funções em um emprego, desta maneira melhorando suas chances de entrar no mercado de trabalho (BERSCH, 2017).

Sabe-se que o número de pessoas com deficiência (PCD's) aumentou consideravelmente, em decorrência das diversas lutas sociais por seus direitos, pois essas criaram coragem para estudar, trabalhar, passear e frequentar os serviços de saúde com autonomia. A UNICEF – *"The United Nations Children's Fund"* (Fundo das Nações Unidas para a Infância) divulgou em 2014 dados, os quais demonstram que cerca de 10 % das crianças nascem ou adquirem algum tipo de deficiência (física, mental ou sensorial), mas que cerca de 80 % das sequelas dessas deficiências poderiam ser minimizadas com condutas simples. Dentre essas

condutas estão medidas preventivas em todas as esferas da saúde, indicando que os pacientes com deficiência necessitam de uma atenção à saúde integral e multiprofissional, além de um enfoque voltado para educação e promoção da saúde.

Estudos têm demonstrado uma gama de atividades que podem ser desenvolvidas junto às PCDs no âmbito de promoção da saúde, incluindo oficinas, teatro, debates, workshops, dentre outras, a fim de trabalhar as diversas temáticas, desde aquelas envolvidas com deficiência, como risco para quedas, até aquelas voltadas para saúde de um grupo específico, como prevenção do câncer de mama para as mulheres (CEZARIO et al., 2008; CEZARIO e PAGLIUCA, 2007; PAGLIUCA e COSTA, 2005). Condutas voltadas à atenção holística, praticadas pela equipe multiprofissional, permite a detecção antecipada de problemas e norteiam o desenvolvimento de ações para reabilitação, o que diminui os efeitos negativos da deficiência (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2004). Assim, o trabalho multiprofissional realizado desde o início numa instituição permite buscar através de pesquisas e sonhos, criar um espaço de acolhida para os jovens com deficiência.

2.5 UMA VISÃO SOBRE A INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Uma sociedade inclusiva é aquela que possibilita a todos o seu livre desenvolvimento de modo que cada um possa estar onde desejar, realizando, por conta própria, com a devida privacidade de seus atos, ainda que na esfera pública as atividades que passam despercebidas pela maioria como ir e vir, estudar, aprender, praticar esportes, visitar, viajar e viver em família, sem que sinta menosprezada em sua honra ou tratada como pessoa merecedora de piedade.

A Inclusão social é, na verdade, uma medida de ordem econômica, uma vez que a pessoa com deficiência e outras minorias tornam-se cidadãos produtivos, participantes, conscientes de seus direitos e deveres, diminuindo, assim, os custos sociais. Portanto, lutar a favor da inclusão social deve ser responsabilidade de cada um e de todos coletivamente.

Entendemos a inclusão, não como um problema de um dado momento de desenvolvimento, mas numa continuidade que engloba a inclusão familiar, educativa, social, cultural e profissional.

Atualmente o principal objetivo de todos os esforços e intervenções relacionadas com a deficiência é não apenas para alcançar suas competências e aprendizagens, mas o máximo de inclusão no contexto familiar, social e educacional.

Este contexto de inclusão está presente na declaração da Unesco (2005) que define a Inclusão como: "Uma abordagem dinâmica de responder positivamente à diversidade dos alunos e de ver as diferenças individuais não como problemas, mas como oportunidades de enriquecimento das aprendizagens".

Discutir educação, políticas educacionais e mesmo elementos ligados mais diretamente às questões pedagógicas requer um tratamento aprofundado a fim de tornar visíveis as determinações históricas e sociais que as gestaram e as condicionam ainda na contemporaneidade.

Baseada na igualdade, equidade e percepção das capacidades que os indivíduos apresentam, com e sem deficiência, a inclusão predispõe à reestruturação da sociedade para que todos, sem distinção de características (nacionalidade, etnia, credo, gênero, condição social e econômica), possam desfrutar de uma vida de qualidade, sem exclusões.

A Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência (1989) foi reforçada pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LEI Nº 13.146, de 6 de julho de 2015), a qual coloca como principal objetivo a reabilitação na sua capacidade funcional e de desempenho humano, colaborando para a sua inclusão social e prevenindo os danos que podem contribuir com o surgimento de outras deficiências. Este documento vem alertar pediatras, profissionais da saúde e educação, pais e familiares, para a atenção integral à saúde comum a qualquer cidadão, além de uma assistência específica com atendimentos e serviços dedicados às crianças e adolescentes com deficiência para propiciar o desenvolvimento de seus potenciais.

Atualmente o principal objetivo de todos os esforços e intervenções relacionadas com a deficiência é não apenas para alcançar suas competências e aprendizagens, mas o máximo de inclusão no contexto familiar, social e educacional.

Este contexto de inclusão está presente na declaração da Unesco (2005) que define a Inclusão como: "Uma abordagem dinâmica de responder positivamente à diversidade dos alunos e de ver as diferenças individuais não como problemas, mas como oportunidades de enriquecimento das aprendizagens".

A inclusão é um processo. Isso significa que deve ser vista como uma procura permanente para encontrar melhores formas de responder à diversidade.

A Inclusão Social traz no seu bojo a equiparação de oportunidades, a mútua interação de pessoas com e sem deficiência e o pleno acesso aos recursos da Sociedade. Diversos avanços já foram conquistados por essa parcela da população, mas a realidade nos mostra que ainda existe um longo caminho a ser percorrido.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência, instituído pela Lei 13.146 de julho de 2015, assegura a inclusão social e promove a responsabilidade em garantir condições de igualdade para todos. Ela determina responsabilidades como garantia da igualdade, da não discriminação, do atendimento prioritário e do acesso a direitos básicos como saúde, moradia, educação, trabalho, acessibilidade, entre outros.

Atualmente tem se observado crescente valorização das atividades de lazer para a melhoria da qualidade de vida, no entanto, vale lembrar, o segmento da população de pessoas com deficiências tem sido tradicionalmente desconsiderado nas políticas sociais e culturais. Só muito recentemente tem havido tal preocupação por parte das autoridades públicas oficiais e da própria sociedade civil (MAZZOTTA e D'ANTINO, 2011).

> *"...a inclusão social ocorre na vida social em algum espaço instituído ou estruturado, seja na família, na escola, no parque, na empresa ou em qualquer outra forma de organização social. A dimensão institucional existe em contexto sócio histórico-cultural, ou seja, é com os sujeitos, embrionariamente instituídos, que as ações e relações são construídas, uma vez que a instituição social, seja qual for, não existe senão na concretude das relações humanas." (MAZZOTTA E D'ANTINO, 2011).*

Confirma-se que a hipótese de a deficiência ser uma condição social imposta por uma série de fatores que dificultam os processos participativos, em que o acesso e a acessibilidade e as barreiras arquitetônicas e atitudinais impedem o exercício dos direitos de ir e vir, participar na escola, trabalhar, realizar práticas culturais e de lazer, que promovem a circulação em serviços, instituições e no espaço público. Possibilitar acesso a esses direitos amplia e fortalece as relações interpessoais dos jovens com deficiência, influencia sua independência e autonomia, sua identidade como grupo social e as oportunidades de pertencer a um coletivo mais amplo, que

também vivencia desafios semelhantes para realizar sua participação social (FERREIRA E OLIVER, 2019).

Sabe-se que quanto mais desconhecidas e supostamente distantes forem as condições individuais e sociais das pessoas com deficiência, maiores serão as possibilidades de instauração do medo nos relacionamentos interpessoais. A proximidade de uns com os outros e a sua interação viabilizam a afirmação do outro como sujeito, e é esse o ponto fundamental da necessidade e importância da inclusão social para todos (MAZZOTTA E D'ANTINO, 2011).

2.6 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA – SANTANA DE PARNAÍBA E REGIÃO

Em Santana de Parnaíba a população estimada em 2019 era de 139.447 habitantes e a área é de 179,949 km², o que resulta numa densidade demográfica de 604,74 hab./km². Em 2017, o salário médio mensal era de 3.2 salários-mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 51.7%. PIB per capita R$ 65.083,16, quando comparado a outros municípios do estado de São Paulo ocupa posição número 43 de 645.

Segundo dados do IBGE, em 2010 havia 71.8% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 58.4% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 37.1% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio (IBGE, 2010). A taxa de escolarização de 6 à 14 anos de idade era de 97,3% e atualmente temos em média 68 escolas municipais.

A cidade tem demonstrado um forte crescimento econômico, sendo ligada ao setor de serviços e comércios, notadamente na região de Alphaville. O desenvolvimento industrial não aconteceu de forma tão marcante quanto nas vizinhas Barueri e Cajamar, mas há indústrias em atividade, em especial nos bairros da Fazendinha e Alphaville. Na periferia da cidade, a facilidade de instalação e a grande presença de terrenos livres, inspiraram a ocupação desordenada e a migração de centenas de famílias, especialmente das regiões norte e nordeste que chegam à cidade em busca de oportunidades de trabalho, mas que devido à baixa qualificação profissional são excluídas do mercado de trabalho, provocando o

aumento dos bolsões de pobreza da cidade. (PREF. DE SANTANA DE PARNAÍBA, 2020)

Assim, encontramos nestas regiões uma alta densidade demográfica e população jovem considerável, que apresenta índices críticos de desenvolvimento humano e social com expressiva demanda por liberdade, respeito, dignidade, convivência familiar e comunitária, profissionalização e proteção no trabalho. Santana de Parnaíba, localizada a 35 km da capital, é uma das cidades que mais cresceram no Estado de São Paulo nos últimos 30 anos, passando de pouco mais de 5 mil habitantes, na década de 1970, para mais de 140 mil em 2020 (IBGE, 2020). Inserida na Região Metropolitana da Grande São Paulo, e microrregião de Osasco com um território de 176 km² interliga as Rodovias Estaduais Anhanguera e Castello Branco.

Já na assistência social o município possui:

04 Centro de Referência da Assistência – CRAS;

03 Núcleo de Assistência Social e

01 Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS.

Figura 2 – Santana de Parnaíba - cidades

Fonte: *Departamento de Comunicação Rainha da Paz*

3. HISTÓRICO DA ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE COMUNIDADE DE AMOR RAINHA DA PAZ

3.1 A RAINHA DA PAZ NASCE PARA SERVIR

Com vontade de ajudar o próximo e muito trabalho, nasceu, em 04 de agosto de 2001, a Associação Beneficente Comunidade de Amor Rainha da Paz, uma associação sem fins lucrativos criada para atuar em Santana de Parnaíba-SP, junto à comunidade com vulnerabilidade social e prestar assistência às crianças, adolescentes e jovens com deficiências múltiplas. No início, enquanto a Rainha da Paz não tinha uma sede própria, os atendimentos eram realizados em um imóvel alugado, próximo ao centro de Santana de Parnaíba. Nessa época, seu foco estava em torno da alimentação das crianças e suas famílias, além da orientação sobre os cuidados de higiene. Com o tempo, a responsabilidade foi crescendo e apareceram novas necessidades como a reabilitação. Vendo o trabalho sério que estava sendo desenvolvido, muitos voluntários interessados em ajudar a comunidade começaram a colaborar de diversas formas.

A Paróquia Bom Pastor em Alphaville - SP, sempre foi a norteadora dos trabalhos realizados, e em busca de um lugar para sediar a entidade, teve um papel importante agindo em favor a causa e despertando em muitas pessoas a disponibilidade de fazer a diferença na sociedade. Desta forma, a sede própria e atual foi construída gradativamente e em 2007, oficialmente iniciaram os trabalhos na nova casa, onde atualmente é um espaço que oferece assistência social (acolhimento) e terapêutica às pessoas com deficiência e suas famílias.

Em 2015, recebemos a doação do maquinário para implantação da Oficina Ortopédica, com o objetivo de confeccionar as adaptações posturais e realizar a manutenção de cadeira de rodas, sendo inaugurada em 28 de maio de 2015. Recebemos também a aprovação do Projeto Parque adaptado – jardim e horta sensorial pelo Criança Esperança e Unesco e em 22 de dezembro de 2015 foi inaugurado, possibilitando aos usuários outras vivências terapêuticas.

Em 2016, devido ao aumento da demanda, foi inaugurado um novo prédio, para oferecer outras modalidades de atendimentos socioassistenciais e terapêuticos.

Sendo assim todas as atividades oferecidas pela Rainha da Paz, são realizadas em 02 prédios: São Miguel Arcanjo e Nossa Senhora das Graças.

Em 2017, assumiu a nova Diretoria, a qual terminará sua gestão em abril de 2021. Ainda neste ano, recebemos a visita do Núncio Apostólico Dom Giovanni d'Aniello, que é o representante da Santa Fé no Brasil.

Em 2019, através de uma parceria estabelecida com o Consulado do Japão, inauguramos a ampliação da nossa Oficina Ortopédica, na qual podemos atualmente oferecer cerca de 15 cadeiras de rodas adaptadas por mês para cada usuário que necessite.

Ainda em 2019, recebemos o selo de 100 melhores ONG's do Brasil. Atualmente, o Brasil tem cerca de 800 mil ONGs e a iniciativa das Melhores ONGs do Brasil aposta que as organizações precisam ser identificadas, reconhecidas e utilizadas como inspiração para as demais instituições. Depois de um criterioso processo com a participação de pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV-SP), 100 instituições foram escolhidas. Vários quesitos são levados em conta para a formação do ranking, especialmente os que dizem respeito ao financiamento, boa gestão, transparência e comunicação, enfim, boas práticas e seriedade na gestão de recursos, que atestam a confiabilidade da instituição para receber doações. Este prêmio, realizado desde 2017, é uma parceria do Instituto Doar, da agência de projetos socioambientais O Mundo Que Queremos e da AmBev, com respaldo técnico de pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e apoio da Fundação Toyota do Brasil. O intuito é contribuir para a ampliação da cultura de doação no Brasil, reforçando a confiabilidade de cada organização, a fim de incentivar que mais pessoas decidam doar tempo e dinheiro a ONG's no Brasil.

Em 2020, pela segunda vez consecutiva, a Rainha da Paz figura entre as 100 melhores ONG's do Brasil.

A espiritualidade é a essência da nossa Organização, seguindo a doutrina católica, apostólica e romana, fator este que também norteia nosso trabalho com princípios cristãos e humanitários. Reafirmamos estes princípios com uma linda capela, onde são realizadas missas semanais e outros eventos específicos. Iniciamos nossas atividades com o trabalho voluntário e ainda hoje contamos com a colaboração de mais de 100 voluntários divididos em 04 áreas (acolhimento, terapias, administrativo e eventos) desenvolvendo atividades diversas sendo enorme a sua contribuição para continuarmos nosso trabalho de acolhida e reabilitação.

Unida, a diretoria declara: “A Rainha da Paz expressa, neste momento é sempre, sua gratidão aos voluntários, colaboradores e apoiadores por mais esta conquista, que denota estar trilhando o caminho certo”.

Figura 3 – Linha do tempo

Fonte: *Departamento de Comunicação Rainha da Paz*

Figura 4 – Vista externa prédio 1

Fonte: *Departamento de Comunicação Rainha da Paz*

Figura 5 - Vista externa prédio 2

Fonte: *Departamento de Comunicação Rainha da Paz*

3.2 FINALIDADE ESTATUTÁRIA

A Rainha da Paz tem por finalidade preponderante a assistência social, sem fins econômicos e lucrativos, como instrumento de proteção social de crianças, adolescentes, jovens e adultos, com deficiência, visando à garantia da vida, à redução de danos e a prevenção de incidência de riscos – proteção social básica e especial em média complexidade, em consonância com a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), com o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e demais legislações aplicáveis.

A Rainha da Paz, na observância do princípio da universalidade e no atendimento de suas finalidades institucionais é isenta de qualquer preconceito ou discriminação de raça, cor, credo religioso, classe social, concepção política, partidária, filosófica ou nacionalidade.

Em seu estatuto, o artigo I dos objetivos define:

“Promover ações para garantir a habilitação e reabilitação de pessoas com deficiências múltiplas fortalecendo os vínculos familiares e comunitários, assim como

a autonomia, a independência, a segurança, o acesso aos direitos, contribuindo assim para a sua inclusão à vida comunitária" (ESTATUTO DA RAINHA DA PAZ, 2001).

No anexo 1 encontram-se os objetivos da Rainha da Paz determinados em seu estatuto.

3.3 ATUAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO

Atualmente, a Rainha da Paz oferece atendimentos socioassistenciais (ação preponderante) através dos programas:

- cuidando de quem cuida
- mãos dadas
- colmeia de Maria
- João de barro
- Catequese
- Inglês
- oficina de pintura e xadrez
- alfabetização
- musicalização
- oficina teen de geração de renda

Quadro 1 – Atividades e finalidades

	ATIVIDADES DO PROCESSO SOCIOASSISTENCIAL	
	Quais?	**O Que Promove?**
1	Serviço Social (realizado por colaboradores)	Avaliar o perfil sócio econômica das famílias, objetivando suas necessidades básicas (alimento) e garantir o acesso aos direitos sociais da pessoa com deficiência e de seus familiares
2	João de Barro (realizado por voluntários)	Acessibilidade das moradias

3	Colmeia de Maria (realizado por voluntários)	Organização e limpeza das moradias
4	Padaria social (realizado por colaboradores e voluntários)	Aulas de panificação e outras do gênero para mães
5	Catequese (realizado por voluntários)	Evangelização para aqueles que desejarem (usuários e familiares) para posterior 1ª Eucaristia
6	Alfabetização (realizado por voluntários)	Possibilitar a alfabetização para as mães, incluindo socialmente estas pessoas
7	Inglês (realizado por voluntários)	Contato com outro idioma para usuários e mães
8	Informática para familiares (realizado por voluntários)	Oportunidade de incluir digitalmente mães e irmãos dos usuários
9	Palestras e Vivências Educativas (realizado por voluntários e estagiários da UNIP – Universidade Paulista)	Conhecimento acerca de temas variados sobre saúde e bem estar para mães
10	Projeto Mãos Dadas (realizada por voluntários)	Oficina de geração de renda para as mães dos usuários

Fonte: *Departamento de Comunicação Rainha da Paz*

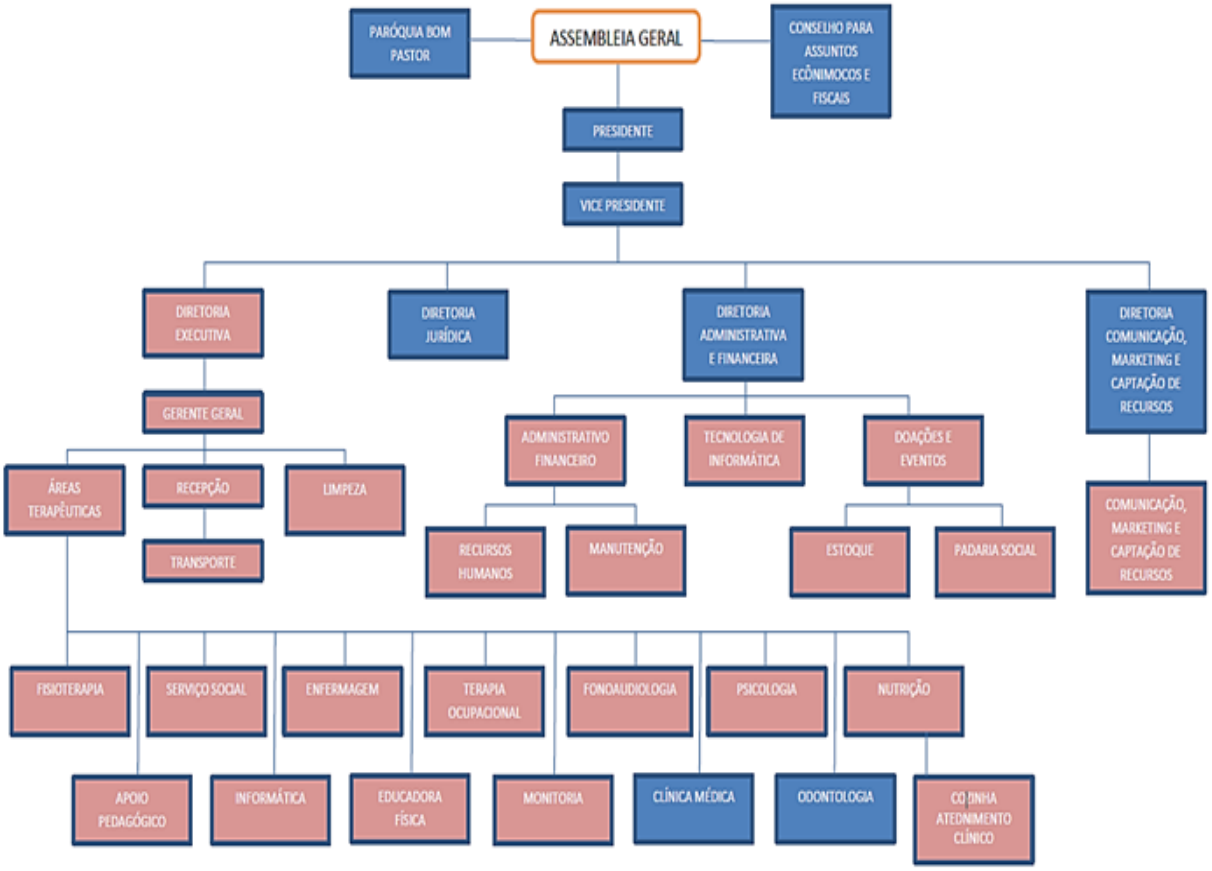
Oferece também atendimentos de reabilitação à pessoa com deficiência e seus familiares nas áreas:

- Fisioterapia
- Terapia ocupacional
- Fonoaudiologia
- Psicologia
- Enfermagem
- Medicina
- Serviço social
- Pedagogia
- Nutrição

- Informática.

Sabendo da importância do atendimento ao cuidador e sensível às dificuldades apresentadas pelas mães, a Rainha da Paz desenvolveu um projeto com o título: “Cuidando de quem cuida” acompanhado pelo setor de Psicologia. “Cuidar de quem cuida” tem por objetivo promover um espaço onde as mães e cuidadoras possam resgatar a autoestima, elaborar situações de conflito, tratar o emocional, repensar e modificar atitudes frente aos mecanismos de defesa.

Figura 6 – Organograma da Rainha da Paz



Fonte: Departamento de comunicação Rainha da Paz

O transporte público do centro da cidade para a Rainha da Paz tem um intervalo longo de uma linha para outra (aproximadamente 01 hora) o que de certa forma dificulta o deslocamento, sendo mais fácil com veículos próprios. O fluxo de carros é tranquilo, sendo registrado trânsito mais em períodos de manutenção de vias ou situações atípicas, entretanto, os usuários de cidades vizinhas que precisam

chegar à Rainha da Paz para os atendimentos, frequentemente se submetem aos trânsitos das outras vias de acesso.

Os usuários chegam até a Rainha da Paz, através de transporte oferecido pelos seus municípios, lembrando que a instituição disponibiliza uma van para os usuários de Santana de Parnaíba, fazendo diariamente o deslocamento de 12 usuários/dia.

Os usuários e seus familiares têm planejamento terapêutico individualizado e participam dos nossos processos socioassistencial e terapêutico, conforme decidido em triagem multidisciplinar realizada no seu ingresso.

Nossas ações são financiadas através de programas de apadrinhamento, nota fiscal paulista, verbas públicas, contribuições voluntárias de pessoa física e jurídica, receitas internacionais, eventos e promoções, doações de produtos, bens e serviços, receitas financeiras e padaria social. Sabemos que a região não oferta atendimentos que permeiam uma visão abrangente sobre a pessoa com deficiência. Unir acolhimento e reabilitação faz da Rainha da Paz, uma Organização da Sociedade Civil referência neste tipo de atendimento tão importante, impactando e transformando as famílias que por ali passam, garantindo os seus direitos sociais e promovendo melhora da qualidade de vida, autonomia e independência dos usuários através do processo de reabilitação.

Figura 7 – Oficina de Xadrez

Fonte: *Departamento de Comunicação Rainha da Paz.*

Figura 8 – Oficina de Pintura

Fonte: *Departamento de Comunicação Rainha da Paz*

Figura 9 – Vivência dos Colaboradores

Fonte: *Departamento de Comunicação Rainha da Paz*

Figura 10 – Projeto João-de-Barro

Fonte: *Departamento de Comunicação Rainha da Paz*

Figura 11 – Projeto João-de-Barro

Fonte: *Departamento de Comunicação Rainha da Paz*

Além de uma equipe técnica especializada, há um grande espaço de ação voluntaria na Comunidade de Amor Rainha da Paz. O voluntario é inspirado pelo amor, compaixão, solidariedade e espírito de equipe. Não são poucos os relatos de voluntários que passaram pela Comunidade ou que ainda nela trabalham, enfatizando o crescimento pessoal, a aquisição de novas habilidades e conhecimentos, desenvolvimento do seu potencial e autoconfiança.

Atualmente a instituição conta com cerca de 300 voluntários que atuam em todos os serviços ofertados pela Rainha.

3.4 MISSÃO, VISÃO E VALORES

MISSÃO

Acolher e reabilitar pessoas com deficiência e suas famílias, através da prestação de serviços por meio de atendimentos gratuitos, e a quem deles necessitar, de forma continuada e planejada, voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância social, sem discriminação de seus usuários, dentro de suas especialidades e possibilidades.

Figura 12 – Missão da Rainha da Paz

Fonte: Departamento de Comunicação Rainha da Paz

VISÃO

Ser referência nacional de Organização da Sociedade civil (OSC) que realiza com excelência o acolhimento e a reabilitação da pessoa com deficiência e de sua família.

VALORES

• A espiritualidade é a essência da nossa organização, seguindo a doutrina cristã, católica, apostólica romana.
• Respeito às pessoas.
• Excelência e qualidade no atendimento.
• Integridade e conformidade.
• Transparência.

3.5 BENEFICIÁRIOS

A Associação Beneficente Comunidade de Amor Rainha da Paz, beneficia a comunidade com atendimentos socioassistenciais (acolhimento) e terapias de reabilitação a pessoas com deficiência e suas famílias. Desde sua fundação, passaram pelos atendimentos socioassistenciais e de reabilitação 598 usuários e atualmente atendemos mensalmente e diretamente 414 usuários, distribuídos em 17 municípios: Santana de Parnaíba, Itapevi, Carapicuíba, Cajamar, Osasco, Jandira, Francisco Morato, Barueri, São Paulo, Pirapora do Bom Jesus, Franco da Rocha, Cotia, Araçariguama, Embu das Artes, Mairinque, Vargem Grande Paulista, Taboão da Serra. Indiretamente também atendemos todas as mães e ou responsáveis que acompanham seus filhos. Podemos então contabilizar cerca de 828 atendimentos mês realizados pela Rainha da Paz.

Figura 13 – Usuários atendidos por município

Fonte: Departamento de Comunicação Rainha da Paz

3.6 A RAINHA DA PAZ NA HISTÓRIA DA DEFICIÊNCIA

A Rainha da Paz é uma Organização sem fins lucrativos e tem como missão acolher e reabilitar pessoas com deficiência e suas famílias, através da prestação de serviços por meio de atendimentos gratuitos, e a quem deles necessitar, de forma continuada e planejada, voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância social, sem discriminação de seus usuários. Dentro de suas especialidades e possibilidades resgatar a cidadania e promover a dignidade de crianças e adolescentes com deficiência do município de Santana de Parnaíba e região, através de oficinas de estimulação, atendimentos terapêuticos e atividades sociais tendo como fim a inclusão social.

Solidarizando com essa causa a Associação Beneficente Comunidade de Amor Rainha da Paz foi criada em 2001, teve seu foco inicial em torno da alimentação das crianças, adolescentes e suas famílias, além da orientação sobre os cuidados de higiene, visto que por conta das deficiências tornam-se esses cuidados especiais. Com o tempo, a responsabilidade foi crescendo e apareceram

novas necessidades. Assim, muitos voluntários interessados em ajudar a causa começaram a colaborar e com o apoio da Paróquia Bom Pastor a sede foi construída gradativamente e se transformando no espaço atual.

Todo serviço oferecido na Organização é público, sendo garantido o atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade social que tiveram suas limitações agravadas por violações de direitos, como isolamento, confinamento, atitudes discriminatórias e preconceituosas, falta de cuidados adequados por parte do cuidador, entre outras situações que aumentam a dependência e comprometem o desenvolvimento da autonomia.

Conforme preconiza o artigo 203 da Constituição de Federal 1988:

> "a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social" e descreve no inciso IV do mesmo artigo "a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária"
>
> *(BRASIL, 1988)*

A Rainha da Paz, também rege suas ações em conformidade com o Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015) que declara em seu artigo 1º:

> *"assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania"*
>
> *(BRASIL, 2015)*

e pelo ECA Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL,1990):

"É assegurado atendimento integral à saúde da criança e do adolescente, por intermédio do Sistema Único de Saúde, garantido o acesso universal e igualitário às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde. (Redação dada pela Lei nº 11.185/2005) § 1º A criança e o adolescente com deficiência receberão atendimento especializado." (BRASIL, 1990)

Para atender todos os usuários e suas famílias, a Organização Rainha da Paz conta com os esforços da Paróquia Bom Pastor de Alphaville/Santana do Parnaíba, de empresas, de termos de colaboração com Prefeituras, projetos pontuais, além de recursos levantados com eventos, bazares beneficentes, pelo Projeto Nota Fiscais Paulista, por apadrinhamento e por pessoas que colaboram de diversas formas.

Com o amadurecimento da Rainha da Paz, as crianças se tornaram jovens e após cumprirem de acordo com sua individualidade o processo de reabilitação, percebíamos que outras questões poderiam ser experimentadas, através de atividades diversas que proporcionassem o exercício do “ser social”. Esta demanda, inspirou então a criação do projeto do centro de convivência para jovens e adultos com múltiplas deficiências para que novas habilidades pudessem ser vivenciadas.

Vale lembrar que atualmente, a Rainha da Paz conta com lista de espera reprimida para vagas no processo de reabilitação e grande parte desta demanda se beneficiaria positivamente destes atendimentos. A criação do Centro de Convivência, também possibilitaria a transferência de atendidos jovens e adultos para outras modalidades de atendimento, liberando um número considerável de vagas para estas crianças que aguardam vaga e estão em idade adequada para iniciarem o processo de reabilitação.

Apesar do movimento para termos leis que amparem esses jovens com deficiência, não encontramos efetividade através dessas leis que concretizem em ações práticas no dia a dia. O que observamos é a dificuldade desde o acesso ao transporte, as barreiras arquitetônicas e atividades voltadas para esse público.
Vemos a necessidade de termos um espaço sem barreiras arquitetônicas, com possibilidades de interação e inclusão social, atividades de lazer e cultura e que realmente seja o que o jovem procura. Cuidaremos para evitar a infantilização do jovem e dos espaços a ele destinados.

Pretendemos com esse projeto trazer atividades de cultura e lazer, fazendo com que tenham a oportunidade real de exercerem os seus direitos como cidadãos, dessa forma tendo uma melhor qualidade de vida, sendo acolhidos e se sentindo felizes e realizados.

“O lazer é muito importante na vida das pessoas. Sem lazer, a rotina torna-se insuportável, a vida fica monótona, tediosa e tensa. Necessitamos aliviar as tensões por meio de atividades descontraídas e fora do quotidiano. Nem sempre, porém, o lazer é concebido e assimilado como algo desejável e necessário à boa saúde.”

(SÁ, 2002)

Precisamos olhar para essas pessoas que estão marginalizadas numa sociedade que não fornece instrumentos para a inclusão verdadeira desse público e entender que o acesso ao lazer e cultura é para todos.

Figura 14 – Dia-a-dia da Rainha da Paz

Fonte: Departamento Comunicação Rainha da Paz

3.7 ODS RELACIONADOS À ORGANIZAÇÃO E AO PROJETO

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável foram adotados em 2015, a partir da reunião de chefes de Estado e de Governo na sede da Organização das Nações Unidas, em Nova York. Foi uma decisão histórica dos países-membros da ONU para unir forças em prol de uma Agenda Mundial de Desenvolvimento Sustentável, que deve ser cumprida até o ano de 2030 para acabar com a pobreza e

a fome mundial, construir um mundo mais pacífico, reduzir as desigualdades, promover os direitos humanos e proteger o planeta e seus recursos naturais.

Os ODS exigem uma cooperação internacional. O Brasil teve participação no planejamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, participou das negociações e concordou com os 17 objetivos e as 169 metas estipuladas pela ONU e pela comunidade internacional. Entre os objetivos assumidos estão: acabar com a pobreza e com a fome, promover o bem-estar da população, assegurar educação, igualdade de gênero e empoderamento às mulheres, fazer uma gestão responsável da água, promover o crescimento econômico sustentável, combater as mudanças climáticas, entre outros (PNUD, 2015).

No que diz respeito à implementação da agenda dos ODS, movimentos nacionais têm discutido meios de cumprir com os compromissos assumidos em relação às metas internacionais até 2030. Como país-membro da ONU, o Brasil terá diversos desafios para adotar essa agenda de longo prazo e internalizar os compromissos com ações concretas que ajudem a transformar a realidade do país e do mundo. Aproximadamente 200 nações assumiram os compromissos dos ODS e, para que elas possam realmente colocar os objetivos em prática, é preciso uma mobilização de governo, sociedade civil e empresas, que devem se comprometer igualmente com a redução de seus impactos sobre o meio ambiente e sobre a sociedade.

ODS DIRETAMENTE RELACIONADOS COM A ORGANIZAÇÃO:

Figura 15 – ODSs relacionados à organização

Fonte: *odsbrasil.gov.br*

ODS 3 SAÚDE E BEM ESTAR – assegurar uma vida saudável para promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades.

A RP possui uma equipe multidisciplinar atuando com engajamento no processo de reabilitação, oferecendo terapias de reabilitação para os usuários e diversas

orientações para os familiares através de vivências e palestras educativas em saúde. Oficina de adequação postural para as cadeiras de rodas, que oferece gratuitamente um equipamento adequado e confortável para os usuários que necessitam deste recurso terapêutico.

ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES – promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todas e todos e construir instituições eficazes, responsáveis em todos os níveis.

A Associação Beneficente Comunidade de Amor Rainha da Paz, busca realizar com eficácia a missão a que se propõe, beneficiando positivamente cada família integrante do seu processo.

ODS 17 PARCERIA EM PROL DAS METAS - fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

A Associação Beneficente Comunidade de Amor Rainha da Paz, busca manter a parceria com empresas dos diversos setores, a fim de, fortalecer e garantir às famílias mais dignidade, desenvolvimento social e bem estar global bem como o financiamento para os projetos socioassistenciais e terapêuticos.

ODS INDIRETAMENTE RELACIONADOS COM A ORGANIZAÇÃO:

Figura 16 – ODS relacionada indiretamente à organização

***Fonte**: odsbrasil.gov.br*

ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA - acabar com a pobreza de todas as formas e em todos os lugares.

Atuação constante do serviço social, monitorando as famílias atendidas através de visitas domiciliares e avaliação socioeconômica para promover melhor condição de vida e direitos sociais através de palestras sobre temas jurídicos e dos projetos

socioassistenciais, mãos Dadas e Padaria Artesanal, nos quais as mães e/ou responsáveis dos usuários com deficiência podem aprender uma atividade que gere renda para auxílio na subsistência de sua família.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL – acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.

Atuação constante do serviço social, monitorando as famílias atendidas através de visitas domiciliares e avaliação socioeconômica, juntamente com os serviços médico-terapêuticos (nutricionistas) que avaliam as condições de nutrição e crescimento dos usuários com deficiência física e intelectual, oferecendo gratuitamente quando necessário os suplementos alimentares e outros alimentos que possam ser incorporados as refeições, diversificando as mesmas e garantindo assim a ingestão nutrientes e calorias básicas diárias.

ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE – assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos.

Serviço de apoio pedagógico atuando com os usuários com deficiência física e intelectual, trabalhando questões relacionadas ao conteúdo pedagógico e a inclusão escolar. Outros integrantes da equipe terapêutica como fisioterapia, fonoaudiologia, nutrição e terapia ocupacional, também participam do processo orientando professores, coordenadores pedagógicos e familiares sobre o processo de inclusão escolar.

ODS 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES – reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.

Todo o serviço prestado pela Associação Beneficente Comunidade de Amor Rainha da Paz, tem como objetivo promover as famílias e apoiá-las em relação aos seus filhos – crianças e jovens com deficiência. Os serviços prestados, oferecem as famílias atendidas suporte emocional e terapêutico, informando quanto aos seus direitos sociais, promovendo a saúde e o bem estar de toda a família.

ODS RELACIONADOS AO PROJETO:

Figura 17 – ODS relacionados ao projeto

Fonte: *odsbrasil.gov.br*

ODS 3 SAÚDE E BEM ESTAR – assegurar uma vida saudável para promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades.

O Centro de Convivência oferecerá a demanda atendida, atendimento terapêutico com direcionamento para as possibilidades, autonomia e independência.

ODS 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES – reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.

Todo o serviço prestado pela Associação Beneficente Comunidade de Amor Rainha da Paz, tem como objetivo promover as famílias e apoiá-las em relação aos seus filhos – crianças e jovens com deficiência. Os serviços prestados, oferecem as famílias atendidas acolhimento, suporte emocional e terapêutico, informando quanto aos seus direitos sociais, promovendo a saúde e o bem estar de toda a família.

ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES – promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todas e todos e construir instituições eficazes, responsáveis em todos os níveis.

A implantação do Centro de Convivência, tornará a Rainha da Paz ainda mais eficiente no atendimento da sua demanda, proporcionando mais uma modalidade de atendimento inexistente na região.

ODS 17 PARCERIA EM PROL DAS METAS - fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável. A Associação Beneficente Comunidade de Amor Rainha da Paz, busca manter a parceria com empresas dos diversos setores, a fim de, fortalecer e garantir às

famílias mais dignidade, desenvolvimento social e bem estar global bem como o financiamento para os projetos socioassistenciais e terapêuticos.

4. A ESCUTA ATIVA DOS JOVENS E SUAS NECESSIDADES

De acordo com o presente trabalho, considera-se importante aprofundar a escuta de jovens com deficiências, que desafiados pela sociedade, buscam transformar frustrações em sonhos, para serem reconhecidos pela sociedade e melhor desenvolverem suas habilidades.

Todos nós nascemos com algumas limitações, embora muitas sejam invisíveis, necessitamos de vários recursos para melhor nos desenvolvermos.

Para nortear o desenho do projeto do centro de convivência, estabelecemos um processo de escuta, o mais amplo possível, com as partes envolvidas. Neste processo de escuta, jovens, familiares, colaboradores, parceiros puderam de maneira espontânea e objetiva falar um pouco dos seus sentimentos, desejos e, por que não? dos sonhos! Afinal, todos podemos sonhar e foi muito gratificante o processo da escuta, porque pudemos resgatar principalmente nos jovens e seus familiares esse direito de sonhar. Numa realidade de muita luta financeira e social, poder participar de um processo de construção foi muito importante para os jovens e suas famílias.

Participaram deste processo de escuta: adolescentes, jovens e adultos com deficiência em acompanhamento na Associação Rainha da Paz e seus familiares, colaboradores, voluntários e parceiros. A escuta resultou em um importante material para dar embasamento ao projeto do Centro de Convivência.

Nessa pesquisa exploratória foram realizadas entrevistas presenciais individuais com os jovens, entrevistas presenciais individuais com os responsáveis, formulários online para coleta de dados com os jovens e famílias, entrevistas telefônicas, grupos escuta com a equipe técnica, com voluntários e com o Núcleo de Desenvolvimento educacional da pessoa com deficiência do município de Santana de Parnaíba.

As perguntas utilizadas para coleta de dados nos formulários online e nas entrevistas com os jovens e suas famílias foram:

- Quando você sonha um futuro legal, como é que você se vê, o que se vê fazendo?
- O que você acha que, se tivesse a mais na Rainha da Paz ou em outro local de atendimento, deixaria você mais feliz?

- Imagina que você ganhou muito na loteria, o que você faria?

Para os grupos técnicos de atendimento, voluntários e parceiro da prefeitura, as perguntas orientadoras foram:

1- Qual o seu sonho para os jovens atendidos pela Rainha da Paz?
2- O que faria se tivesse recursos ilimitados?
3- Qual seria o “seu toque” num centro de convivência?

Nos apêndices se encontram os modelos dos formulários utilizados para os jovens e famílias.

4.1 – PARTICIPANTES

Jovens - 20 jovens foram entrevistados com o questionário disponibilizado no google drive, destinado a adolescentes, jovens e adultos da Rainha da Paz.

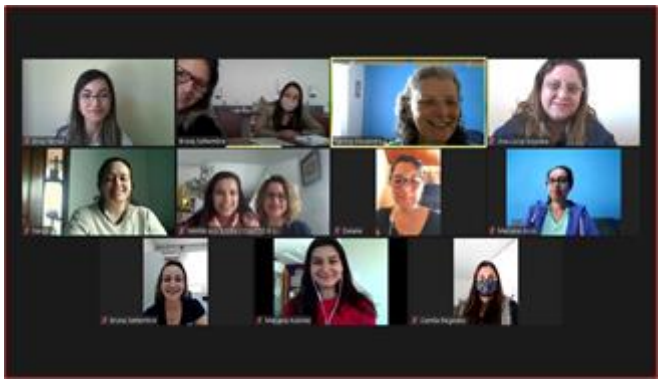
Figura 18 – Idade dos entrevistados

Fonte: elaborado pela autora

Familiares - 20 familiares responderam ao questionário disponibilizado no google drive, destinado às famílias de adolescentes, jovens e adultos em acompanhamento na Rainha da Paz.

Colaboradores e voluntários - 13 colaboradores e 3 voluntárias participaram de uma roda de conversa com o tema “O que você sonha para o futuro dos jovens da Rainha da Paz”, organizado pela Diretoria Executiva.

Figura 19 – Roda de conversa com colaboradores



Fonte: Departamento de Comunicação Rainha da Paz

Parceiros - houve uma roda de conversa da Rainha da Paz, representada pela Diretoria Executiva, com o Núcleo de Desenvolvimento Educacional da Pessoa com Deficiência - NDEPC - do município de Santana de Parnaíba, com o tema “O que você sonha para o futuro dos jovens do município”. No anexo II encontra-se reprodução de folder com apresentação do NDEPC.

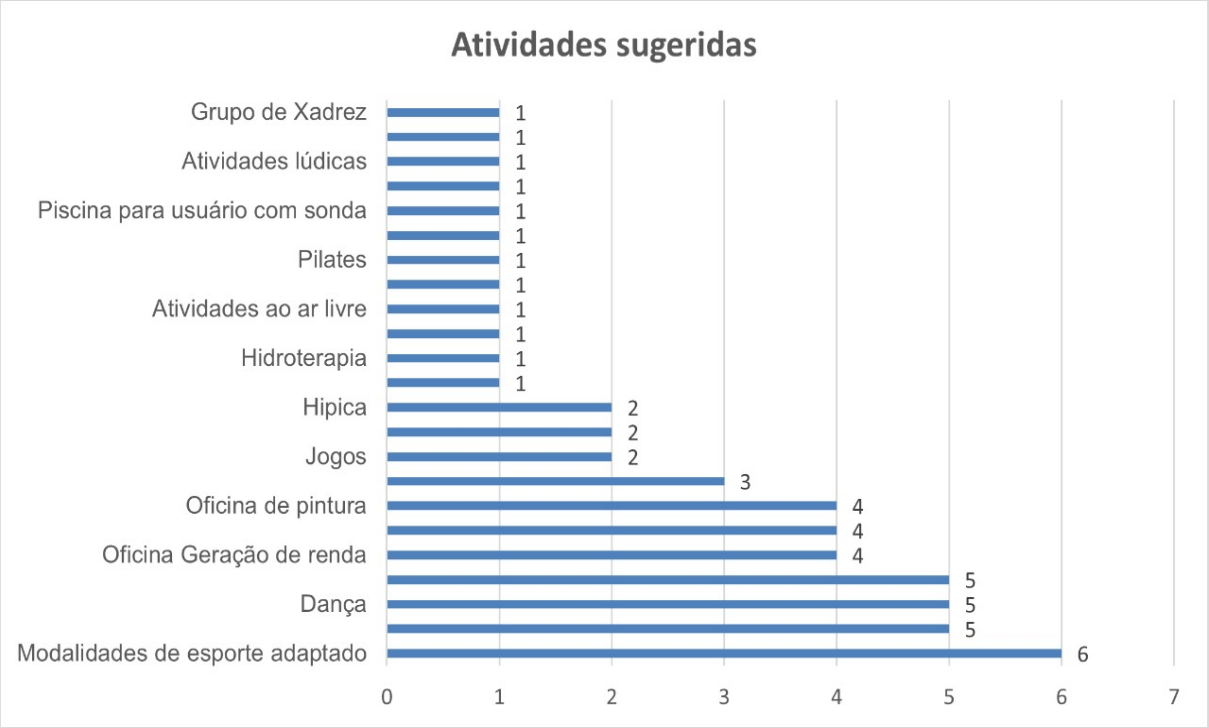
Figura 20 – Roda de conversa com parceiros

Fonte: Departamento de Comunicação Rainha da Paz

4.2 – RESPOSTAS E DEPOIMENTOS

Como resposta à pergunta “O que você acha que, se tivesse a mais na Rainha da Paz ou em outro local de atendimento, deixaria você mais feliz”, obtivemos 54 respostas, com predomínio das respectivas sugestões de atividades:

Figura 21 – O que o deixaria mais feliz?



Fonte: Elaborado pela autora

Depoimentos gerais:

Trago aqui também depoimentos de alguns dentre eles, que tenho certeza fizeram diferença na vida de muitos, o modo de atuação da sociedade em relação aos indivíduos com deficiência.

Jovem - Quando você sonha com um futuro legal...

“Trabalhar em uma empresa, ser astrocartografo[5], acho que adulto serei um Homem forte, responsável, bonito e também professor de karatê” L.A.V.F - 17 anos.

“Planejo treinar muito para começar ano que vem as competições, quero bater o recorde paralímpico de natação, ser a melhor do mundo, dar uma vida melhor para a

[5] A Astrocartografia, um complemento da Astrologia, indica quais os lugares do globo mais indicados para si, consoante a análise do seu mapa astral

família, comprar um carro, dar viagem para os meus pais, montar a minha família e casar” K.C.S - 19 anos.

Família - Imagina que você ganhou muito na loteria…

“Uma cirurgia pro meu filho” C.

“Vamos sonhar, Primeiro uma casa com todos os cômodos, portas grandes, um banheiro equipado tudo para facilitar a cadeira de rodas, uma cadeira motorizada, um parapodium, um andador e todo equipamento que fosse para melhorar a vida do meu pequeno. Faria a doação desses equipamentos também para muitas das crianças que sei que precisam, doaria, uma parte desse dinheiro para o cuidado deles. Para meus filhos mais velhos, daria um valor para começarem a vida, e andarem sozinhos, investindo nos estudos, os dois gostam muito de estudar. Ajudaria minha família” T.C.E.

Colaboradores - Qual o seu sonho para os nossos jovens e adultos com deficiência?

“Dar continuidade às Oficinas terapêuticas e ampliá-las; frequentemente os pacientes têm vivência limitada, poder fazer da função autonomia e independência” D.P.S.

“Que eles tenham mais liberdade, autonomia, espaço para os jovens terem um futuro”. E.S.M.P.

Voluntários - O fazer parte da Rainha da Paz

“Fazer parte do voluntariado da Rainha da Paz é algo gratificante, é concreto o quanto a instituição contribui de forma participativa na vida dos jovens com deficiência. A Rainha da Paz tem duas linhas de atendimento: a acolhida e a reabilitação. Na acolhida a escuta atenta dos seus profissionais para com os usuários e familiares é um grande diferencial, na qual se identifica as suas dificuldades sociais e vulnerabilidades sendo partir desse momento traçado ações concretas de acolhimento, auxílio e orientações. A reabilitação física não se trata apenas de sessões terapêuticas e sim de sessões terapêuticas humanizadas, onde cada indivíduo é cuidado em sua particularidade física e emocional. A Rainha da Paz proporciona para os seus jovens a não-regressão do diagnóstico do quadro clínico, proporciona uma melhor qualidade de vida, fazendo com que sintam menos

dores, desconfortos, tenham ao menos pequenos ganhos de mobilidade, seja em um simples movimento de pinça ou o rolar em uma cama, o que para nós pode ser simples, para o usuário e sua família é uma enorme conquista. Trabalhar com esses jovens no projeto socioassistencial da Oficina de Geração de Renda é fantástico. O projeto é liderado pela terapia ocupacional e estimula a parte motora e cognitiva, mas muito além desses estímulos, o projeto trabalha com a autoestima, o se sentir produtivo em meio a sociedade tão segregadora. Na oficina é trabalhada a confecção de artigos artesanais e também a pintura em tela. Toda produção é vendida em feiras e vernissages com o valor totalmente revertido para os nossos artistas.

Esse é um pequeno relato frente à grandeza que a Rainha da Paz realiza há 19 anos na vida desses jovens com deficiência e suas famílias". F.E

Parceiros- A importância do Centro de Convivência para jovens e adultos.

"Ao longo desses anos de trabalho na Educação, especificamente Educação Inclusiva, percebemos uma necessidade crescente em relação às demandas pessoais e sociais dos alunos com deficiência e suas famílias, são elas:

Quando o aluno conclui o Ensino Médio, há uma ruptura de possibilidades;

Quando o aluno frequenta Escola Especial (educação exclusiva) por vários anos e não tem terminalidade;

Quando o munícipe não participou de nenhum processo de escolarização, possui idade avançada ou está fora da faixa etária para a escolaridade.

A convivência dos alunos com deficiência costuma resumir-se nos ambientes escolar e familiar. Sendo assim, ressalta-se a importância da criação de espaços inclusivos com atividades que promovam a autonomia, desenvolvimento e potencialização de habilidades, visando saúde física e mental e principalmente qualidade de vida.

Diante disso, percebemos a necessidade da criação de espaços de convivência inclusivos, que atendam a demanda dos munícipes e não só das pessoas com deficiência.

Esses espaços estariam localizados nos Parques Municipais dos Bairros, visando acesso facilitado à comunidade para o desenvolvimento de atividades artísticas, esportivas, educativas, tecnológicas e também de geração de renda.

A parceria intersecretarial é primordial para que esse projeto se concretize". J.A.P.O.

5. PROJETO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE JOVENS E ADULTOS COM DEFICIENCIAS MULTIPLAS

Devido à problemática atual dos jovens com deficiência em Santana de Parnaíba e região, e à vivência prática percebida pelos membros da Organização Rainha da Paz, constatou-se a necessidade de desenvolver um projeto voltado aos jovens e adultos com comprometimento neurológico, para seu desenvolvimento físico e social.

Figura 22 – Concepção artística do futuro Centro de Convivência

Fonte: Departamento de Comunicação da Rainha da Paz

5.1 JUSTIFICATIVA

Em 1976 a Organização Mundial de Saúde (OMS), na sua IX Assembleia, apresentou pela primeira vez três casos relacionados às definições de deficiência.

Deficiência: A deficiência é definida como uma possível sequela temporária ou permanente, trazida de perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica.

Incapacidade: a incapacidade é decorrente da deficiência e corresponde a qualquer redução ou falta de capacidade para desempenhar uma atividade dentro dos padrões considerados tarefa fácil para o ser humano.

Desvantagem ou impedimento: é a dificuldade ou impossibilidade da pessoa desempenhar papel social concordante com sua idade, sexo e outros pontos sociais e culturais (HOBOLD, 2018).

É notória, a necessidade de mudanças profundas na mentalidade da sociedade diante da sua negação sobre o tema inclusão, dificultando assim o entendimento que a inclusão é o caminho certo para que pessoas com deficiência tenham o direito à igualdade perante todos. Assim como qualquer outro ser humano, elas desejam ser olhadas e aceitas por aquilo que são hoje, e não por aquilo que poderão vir a ser e a produzir.

A pessoa com deficiência tem os mesmos direitos como qualquer outro cidadão brasileiro, pois conforme a legislação que nos rege:

> *"Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade".*
> *(BRASIL, 1988)*

O preconceito e a falta de informação talvez sejam dos maiores fatores que justifiquem a resistência da sociedade em aceitar a inclusão de pessoas com deficiência em nosso cotidiano. Para Werneck (1998), a sociedade está sempre em busca de um padrão de normalidade, quase sempre baseado em conceitos estáticos culturais, o que justifica a dificuldade de aceitação no processo de inclusão de pessoas com necessidades educativas especiais nas escolas regulares de ensino,

pois consideram essas pessoas fora do padrão de beleza e de normalidade da sociedade. A história comprova que pessoas muito diferentes da média na aparência física ou no modo de pensar e de agir têm sido vistas como deslizes da natureza. É como se a humanidade tivesse um evidente padrão de qualidade.

Segundo Werneck (1998), a sociedade para todos, conscientes da diversidade da raça humana, estaria estruturada para atender às necessidades básicas de cada cidadão, das maiorias às minorias, dos privilegiados aos marginalizados. Crianças, jovens e adultos com deficiência seriam naturalmente incorporados à sociedade inclusiva, definida pelo princípio: “todas as pessoas têm o mesmo valor”. E assim, trabalharem juntas com papéis diferenciados para atingir o bem comum: Na sociedade inclusiva não há lugar para atitudes como “abrir espaço para deficientes” ou “aceitá-los”, num gesto de solidariedade, e depois bater no peito ou mesmo ir dormir com a sensação de ter sido muito bonzinho. (WERNECK, 1998, p.22).

Ninguém precisa ser caridoso, bonzinho, somos sim todos cidadãos, e é nosso dever primar pela qualidade de vida do nosso semelhante, por mais diferente que ele nos pareça ser. Em todas as regiões do planeta, pessoas com necessidades especiais estão entre os mais excluídos. Excluídos das escolas, do direito de ir e vir, da sociedade enfim.

A partir da Declaração de Salamanca em 1994 e da nova Lei de Diretrizes e base da Educação, Lei n.º 9.394, muito tem se discutido e se atualizado sobre este tema através de discussões de várias ideias com representantes de organizações governamentais e não governamentais, abrangendo todos os campos de pessoas com necessidades educativas especiais.

Temos a Política Nacional de Educação, elaborada desde 1993. O objetivo dessa política é garantir o atendimento educacional ao aluno com deficiência, pois num passado não muito distante as crianças eram segregadas em instituições especializadas, perdendo a chance de conviver e participar da sociedade em geral.

As pessoas com deficiência, na maioria das vezes não são vistas como cidadãs, e sim como pessoas que precisam de atendimento tão especial que acabam sendo diferenciados ainda mais dos outros, trazendo para ela uma única realidade: a diferença.

Segundo Carvalho (1997, p. 18), embora a desigualdade seja estrutural em qualquer sociedade, os índices ainda registrados no Brasil são indicadores dos

baixos níveis de bem estar social, com o que temos convivido. A produção da deficiência se dá, portanto, não apenas sob a ótica do aluno que se torna deficiente circunstancial ou tem agravada sua deficiência real. Pode-se dizer que a produção da deficiência na nossa qualidade de vida é de nossa considerável participação.

Essa desigualdade social se reflete nas dificuldades de acesso e permanência no convívio social, educacional e cultural. Todos são diferentes uns dos outros, temos preferências diferentes, necessidades diferentes.

Segundo Peter Singer (1994), o princípio da igualdade relaciona-se diretamente com a igual consideração de interesses. Levar em conta os interesses das pessoas, sejam elas quais forem, deve-se aplicar a todos, sem levar em consideração sua raça, sexo ou nível de inteligência. Nossa sociedade, muitas vezes, escraviza pessoas ditas deficientes mentais, impedindo-as de satisfazer seus interesses. No entanto, o princípio da igual consideração de interesses é forte o suficiente para excluir essa sociedade baseada no índice de inteligência. Também exclui a discriminação sob o pretexto de incapacidade, tanto intelectual como física.

Com o passar dos tempos difundiu-se a constatação de que todas as tentativas de “normalização” das vidas das pessoas com deficiência se baseiam na modificação da própria pessoa, como premissa para o seu ingresso na sociedade. Depois foi se generalizando a compreensão de que a deficiência, qualquer ela seja, tem como referência, “a norma”, o ambiente psicossocial ou o espaço físico, para que a pessoa possa desenvolver ao máximo suas capacidades.

Acreditamos que todas as pessoas devem levar em conta o verdadeiro sentido da igualdade, não como discurso, mas como princípio de guiar suas vidas.

Autonomia

“Autonomia é a condição de domínio no ambiente físico e social, preservando ao máximo a privacidade e a dignidade da pessoa que a exerce” (SASSAKI, 1997, p.36).

Para o autor citado, ter mais ou menos autonomia significa que a pessoa com deficiência tem maior ou menor controle nos vários ambientes físicos e sociais que ela queira ou necessite frequentar, para atingir seus objetivos.

Independência

Segundo Sassaki (1997), independência é a faculdade de decidir sem depender de outras pessoas, tais como: membros da família ou profissionais especializados. Uma pessoa com deficiência pode ser mais independente ou menos independente em decorrência não só da quantidade e qualidade de informações que lhes estiverem disponíveis para tomar a melhor decisão, mas também da sua autodeterminação e prontidão para tomar decisões numa determinada situação. Esta situação pode ser pessoal (quando envolve a pessoa na privacidade), social (quando ocorre junto a outras pessoas) e econômica (quando se refere às finanças dessa pessoa). Tanto a autodeterminação como a prontidão podem ser aprendidas ou desenvolvidas. E quanto mais cedo na vida, a pessoa tiver oportunidade para fazer isso, melhor.

Equiparação de Oportunidades

Existem várias declarações que amparam a equiparação de oportunidades das pessoas com necessidades especiais. De acordo com Sassaki (1997), uma das primeiras organizações foi a *Disables International* (DPI), uma organização criada por pessoas portadoras de deficiência (termo usado na época), não governamental e sem fins lucrativos. A DPI define “equiparação de oportunidades” como processo mediante o qual os sistemas gerais da sociedade são feitos acessíveis para todos. Inclui a remoção das barreiras que impedem a plena participação das pessoas deficientes em todas as áreas, permitindo-lhes alcançar uma qualidade de vida igual à de outras pessoas.

Uma definição sobre equiparação de oportunidades consta no documento “Programa Mundial de Ação às pessoas com Deficiência”, adotado em 3/12/1982 pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU, 1982). Este documento define Equiparação de Oportunidades como o processo através do qual os sistemas gerais da sociedade, tais como o ambiente físico e cultural, a habitação e os transportes, os serviços sociais e de saúde, as oportunidades educacionais e de trabalho, a vida cultural e social, incluindo as instalações esportivas e recreativas devem ser acessíveis a todos.

Rejeição zero

De acordo com Sassaki (1997), inicialmente a rejeição zero, ou exclusão zero, consistia em não rejeitar uma pessoa, par qualquer finalidade, com base no fato de que ela possuía uma deficiência ou por causa do grau de severidade dessa deficiência. Mais tarde, o conceito passou a abranger as necessidades especiais, independentemente de suas causas.

Este conceito vem revolucionando a prática das instituições assistenciais que excluem pessoas cujas deficiências ou necessidades especiais não possam ser atendidas pelos programas ou serviços disponíveis.

A luz do princípio da exclusão zero, porém, as instituições são desafiadas a serem capazes de criar programas e serviços internamente ou buscá-los em entidades comuns da comunidade a fim de melhor atenderem as pessoas com deficiência. As avaliações (sociais, psicológicas, educacionais, profissionais, etc.) devem trocar sua finalidade tradicional de diagnosticar e separar pessoas, passando para a moderna finalidade de oferecer parâmetros em face dos quais as soluções são buscadas a todos. (SASSAKI, 1997, p.41).

Isso faz com que as instituições tenham que servir às pessoas e não às pessoas terem que se ajustar às instituições. Para Montoan (1997), as comunidades que rejeitam a riqueza da diversidade continuam ultrapassadas, colocando a sociedade em risco, não permitindo, assim, que todos exerçam seus direitos.

Hoje em dia observa-se uma fragilidade geral dos mecanismos quanto à inclusão do jovem adulto com algum comprometimento neurológico em contextos sociais, tornando-os mais reprimidos e sem voz ativa na sociedade.

O princípio fundamental da sociedade inclusiva é o de que todas as pessoas com deficiência devem ter suas necessidades especiais atendidas. É no atendimento das diversidades que se encontra a democracia. O que fazer diante deste quadro? O primeiro passo é conseguir a alteração da visão social através de: a) um trabalho de sensibilização contínuo e permanente por parte de grupos e instituições que já atingiram um grau efetivo de compromisso com a inclusão de pessoas com deficiência junto à sociedade; b) da capacitação de profissionais de todas as áreas para o atendimento das pessoas com algum tipo de deficiência; c) da elaboração de projetos que ampliem e inovem o atendimento dessa clientela; d) da

divulgação da Declaração de Salamanca[6] e outros documentos congêneres, da legislação, de informações e necessidades dos portadores de deficiência e da importância de sua participação em todos os setores da sociedade (Maciel, 2000).

Verificamos também que a sociedade deve se esforçar para transformar esta situação de rejeição ao que se considera fora do padrão. Não existe nenhuma fórmula, basta que as pessoas pensem um pouco naqueles que estão a sua volta como cidadãos que possuem os mesmos direitos e deveres, não importando se possui necessidades especiais ou não.

Devido à problemática apresentada, a organização Rainha da Paz procura atender a necessidade de maximizar o potencial de vida independente, assim como abrir espaço de escuta, auxiliar a família com o intuito de trabalhar momentos de mudança e possibilidades de amadurecimento e desenvolvimento pessoal.

Sabemos que a região não oferta atendimentos que permeiam uma visão abrangente sobre o jovem e o adulto com deficiência. Unir acolhimento e manutenção do quadro motor, cognitivo e social, faz a Rainha da Paz se lançar neste desafio como uma Organização da Sociedade Civil referência no atendimento do jovem adulto, impactando e transformando as famílias, garantindo os seus direitos sociais e promovendo melhora da qualidade de vida, autonomia e independência dos usuários.

A experiência adquirida nestes 19 anos de atuação junto á pessoa com deficiência, por meio de um trabalho desenvolvido pela equipe multidisciplinar no processo de acolhida e reabilitação, nos permitiu abraçar este projeto.

O perfil de atendimento proposto pela equipe gestora do projeto engloba jovens e adultos, com algum comprometimento neurológico, a partir de 15 anos de idade. Esta idade foi assim definida devido à necessidade já existente na Instituição de continuidade à estimulação e manutenção da estabilidade motora, psíquica e social.

[6] A Declaração de Salamanca é uma resolução das Nações Unidas que trata dos princípios, política e prática em educação especial.

5.2 PÚBLICO ALVO DO PROJETO

5.2.1 BENEFICIÁRIOS DIRETOS

Cerca de 100 jovens e adultos com comprometimento neurológico, a partir de 15 anos de idade.

5.2.2 BENEFICIÁRIOS INDIRETOS

Familiares dos jovens e adultos em acompanhamento na Rainha da Paz.

5.3 OBJETIVOS E METAS

5.3.1 GERAIS

Criar um centro de convivência para jovens e adultos com comprometimentos neurológicos, a fim de oferecer continuidade à estimulação global de potencialidades e novas habilidades.

5.3.2 ESPECÍFICOS

- Apoio às famílias dos jovens com deficiência e em situação de vulnerabilidade e risco social, atendidos no centro de convivência.
- Oferecer oficinas para manutenção das habilidades motoras desenvolvidas durante o processo de reabilitação.
- Oferecer oficinas para manutenção das habilidades cognitivas desenvolvidas durante o processo de reabilitação.
- Oferecer oficinas para manutenção das habilidades sociais como espaço de intervenção de cidadania e reabilitação social.
- Oferecer um espaço de socialização que possibilite a manifestação de sua identidade.
- Oferecer oficinas e atividades para os cuidadores.

5.3.3 AÇÕES E METAS

OBJETIVO GERAL: Criar um centro de convivência para jovens e adultos com comprometimentos neurológicos, a fim de oferecer continuidade à estimulação global de potencialidades e novas habilidades.		
OBJETIVO ESPECÍFICO	**AÇÕES**	**METAS**
1. Apoio à família dos jovens com deficiência e em situação de vulnerabilidade e risco social, atendidos no centro de convivência.	1.1 Acolhida e acompanhamento da família atendida pelo Serviço Social, promovendo acesso à toda rede socioassistencial e serviços de políticas públicas. 1.2 Visitas domiciliares para avaliação socioeconômica e direcionamento para os programas socioassistenciais. 1.3 Ações locais, orientações nos atendimentos e reuniões diversas com a promoção social.	1.1.1 Aumentar em 10% o número de direitos sociais adquiridos às famílias (documentos pessoais, benefícios - BPC, vale transporte, entre outros). 1.2.1 100% dos jovens participantes dos programas do centro de convivência sendo visitados anualmente. 1.3.1 100% de participação do Serviço Social em reuniões promovidas pela Assistência Social dos municípios envolvidos com o projeto.
2. Oferecer oficinas para manutenção das habilidades motoras desenvolvidas durante o processo de reabilitação.	2.1 Atividades funcionais e recreativas através do esporte adaptado, atendimentos em sala de reabilitação virtual, hipismo, pet terapia e natação adaptada.	2.1.1 Todos os jovens e adultos incluídos nas atividades de estimulação motora, conforme indicações e contra-indicações da avaliação inicial e reavaliações semestrais
3. Oferecer oficinas	3.1 Atividades cognitivas,	3.1.1 Todos os jovens e adultos

para manutenção das habilidades cognitivas desenvolvidas durante o processo de reabilitação.	através de atendimentos em sala de estimulação sensorial, musicalização e brinquedoteca.	incluídos nas atividades de estimulação cognitiva, conforme indicações e contra-indicações da avaliação inicial e reavaliações semestrais.
4. Oferecer oficinas para manutenção das habilidades sociais como espaço de intervenção de cidadania e reabilitação social.	4.1 Oficinas terapêuticas, enquanto dispositivos de auxílio para ganhos de autonomia e independência como oficinas: de geração de renda, pintura em tela, xadrez, artesanato, dança e teatro.	4.1.1 Todos os jovens e adultos incluídos nas atividades de estimulação social, conforme indicações e contra-indicações da avaliação inicial e reavaliações semestrais.
5. Oferecer um espaço de socialização que possibilite a manifestação de sua identidade.	5.1 Oficinas de leitura e escrita, proporcionando melhora da comunicação para que possam expressar suas reflexões e vontades, estimulando o exercício da cidadania e o protagonismo social. 5.2 Rodas de conversa para que os jovens reflitam sobre a deficiência, suas impossibilidades e superações possibilitando o amadurecimento e o desenvolvimento pessoal.	5.1.1 Todos os jovens e adultos incluídos nos espaços de socialização.

6. Oferecer oficinas e atividades para os cuidadores.	6.1 Encontros quinzenais na modalidade presencial, palestras e campanhas temáticas voltadas à saúde.	6.1.1 Todos os cuidadores com melhor autoestima e maior preparo para lidarem com a deficiência.

5.4 DESCRIÇÃO DO ESCOPO

Centro de convivência com capacidade de atendimento para 100 jovens e adultos com deficiência neurológica. Área adaptada para cadeirantes com aproximadamente 3000m2 de construção em espaços de convivência, salas para atendimento, oficinas e palestras.

Serão oferecidas oficinas e capacitações para os jovens, inclusive atendendo suas necessidades básicas de higiene e alimentação no período de atendimento. Oficinas profissionalizantes e orientações terapêuticas serão oferecidas aos acompanhantes de acordo com os objetivos propostos.

O projeto não inclui disponibilizar alimentação para os acompanhantes nem transporte para o centro de convivência. Não será de responsabilidade da Instituição a construção de via de acesso do centro de convivência até a rua.

5.5 PREMISSAS E RESTRIÇÕES

PREMISSAS
Disponibilidade de vagas tanto para jovens e adultos já atendidos pela instituição como demais carentes da região
Alcançar excelência técnica para se tornar referência regional de OSC com enfoque no jovem e adulto deficiente
Garantir transparência, ética e eficácia na captação de recursos
O projeto se viabiliza a partir de parcerias com o poder público e empresas privadas da região

RESTRIÇÕES
Dependência de captação de recursos em eventos
Orçamento restrito por parte das empresas para aplicar em projetos sociais, devido a pandemia

5.6 METODOLOGIA

Como já demonstrado, existem no País 24,6 milhões de pessoas com deficiência, deste total, 1,9 milhão são crianças e adolescentes. O relatório Situação Mundial da Infância 2013 (UNICEF, 2013) cita o Brasil entre os países que vêm adotando iniciativas de proteção social que incluem transferência monetária diretamente para crianças com deficiência.

O trabalho multiprofissional realizado desde o início na Instituição, permitiu que a equipe da Rainha da Paz percebesse a melhor estratégia de atendimento, nas diferentes etapas da vida da criança e do jovem. De acordo com o presente trabalho para implantação de um centro de convivência para jovens e adultos, considero importante aprofundar um estudo sobre como oferecer o melhor atendimento aos jovens com deficiências e o modo de atuação na sociedade.

O exercício da escuta ativa estabeleceu vínculos mais estreitos entre colaboradores e jovens com deficiência, que serão a base deste cuidado.

Os dados colhidos por meio de questionários, entrevistas presenciais, serviram como base para a definição deste centro de convivência. O processo de reflexão, discussão das pessoas com deficiência, profissionais que atuam na área, voluntários e parceiros, contribuíram para uma mobilização e de encaminhamentos das reivindicações, conquistando legitimidade e representatividade política e social.

O presente trabalho investiga traços constitutivos do imaginário, presente no discurso manifesto dos jovens que estão no início da adolescência, no que tange às expectativas projetadas com relação às possibilidades, as dificuldades ou a presença de elementos que supostamente tornariam impossível acolher um jovem com deficiência na sociedade.

Os próprios jovens puderam tomar a palavra para dizer sobre suas necessidades, serem ouvidos sobre seus sonhos e expectativas com relação ao futuro.

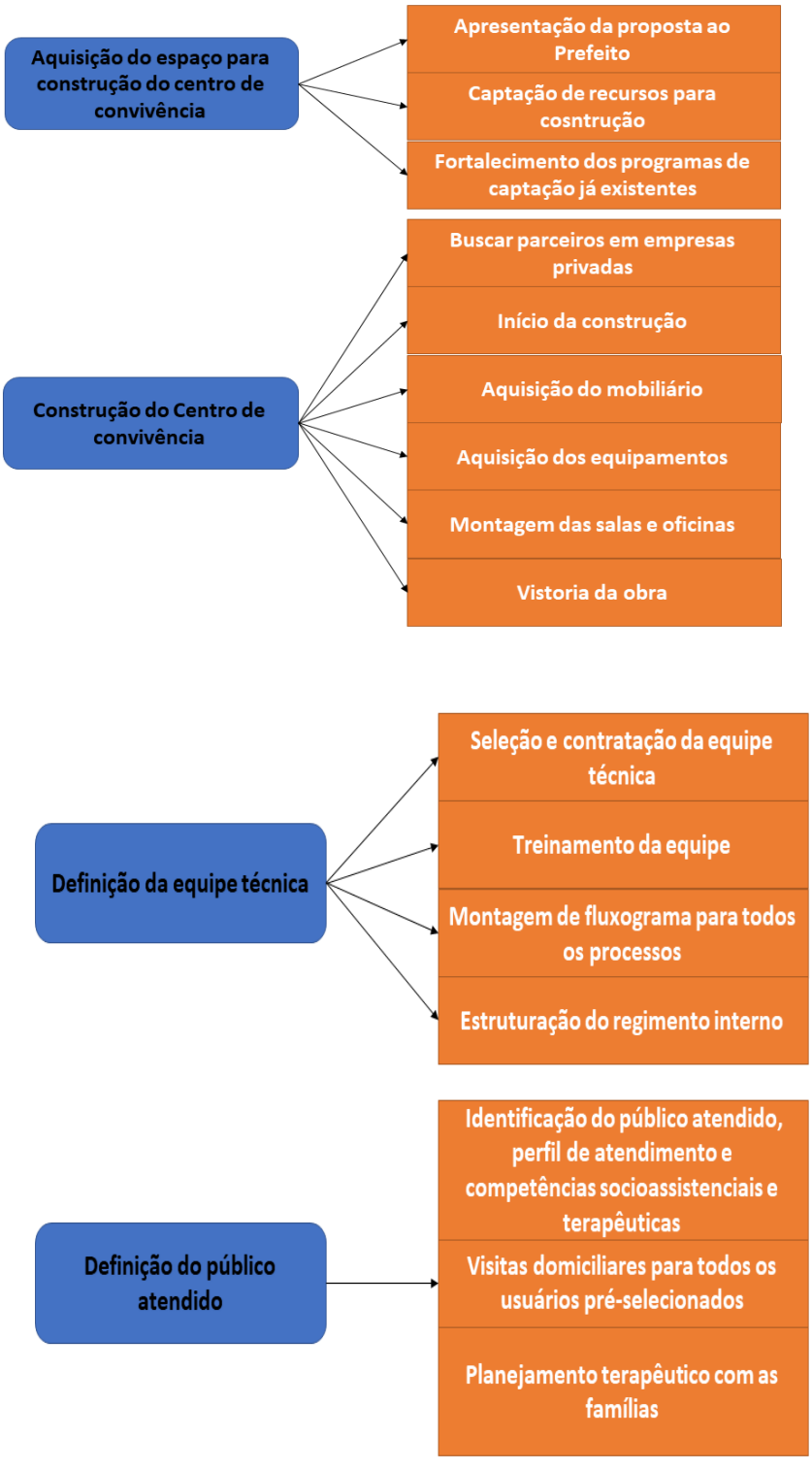
A pesquisa foi realizada durante o período de 2 meses. Todos concordaram em participar por livre consentimento. As entrevistas revelaram a expectativa dos jovens e suas famílias pelo seu futuro. Sendo a própria história a razão de ser de cada um, a apropriação pelo sujeito desta pesquisa, do conhecimento de sua própria história, possibilitou os avanços observados, poder falar de si e assumir sua autonomia. A Rainha da Paz teve o cuidado de, ao desenvolver este projeto, pensar num espaço que não fosse infantilizado, mas que atendesse às expectativas dos usuários.

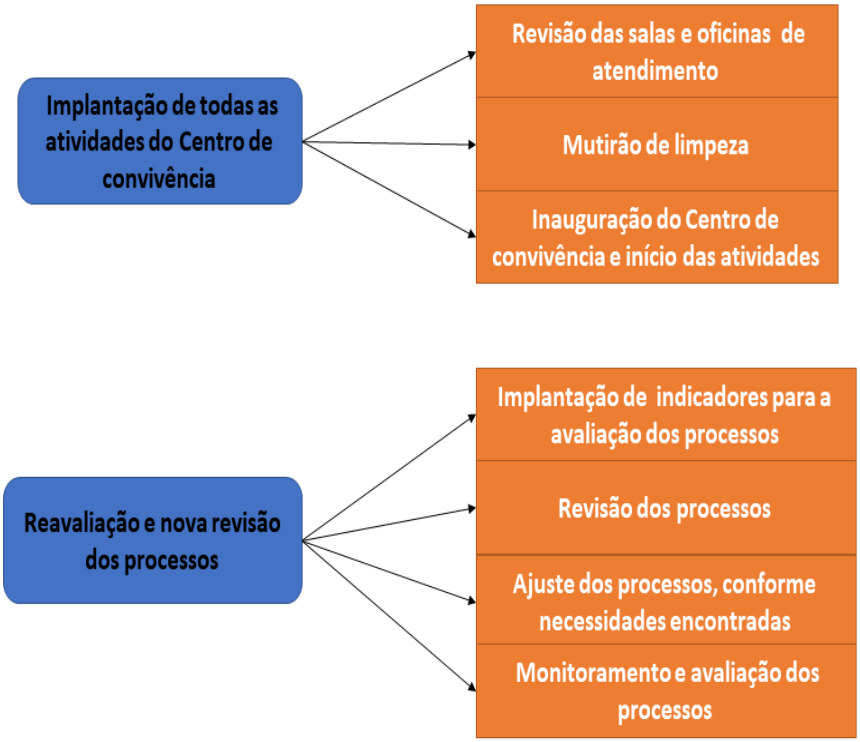
Para a concretização deste sonho estabelecemos laços mais estreitos com o órgão público envolvendo o executivo e o legislativo. Contaremos com o apoio de voluntários que desde a fundação da Instituição, atuam de maneira efetiva em todas as atividades desenvolvidas. Firmaremos parcerias com Instituições privadas, garantindo a viabilização da construção do projeto.

E por fim atuaremos de forma efetiva na busca da implantação do projeto com a formação das equipes e seleção do público a ser atendido.

5.7 FASES DO PROJETO

Propõe-se para cada fase do projeto as seguintes macro- atividades:


Aquisição do espaço para construção do centro de convivência
Apresentação da proposta ao Prefeito
Captação de recursos para cosntrução
Fortalecimento dos programas de captação já existentes
Construção do Centro de convivência
Buscar parceiros em empresas privadas
Início da construção
Aquisição do mobiliário
Aquisição dos equipamentos
Montagem das salas e oficinas
Vistoria da obra
Definição da equipe técnica
Seleção e contratação da equipe técnica
Treinamento da equipe
Montagem de fluxograma para todos os processos
Estruturação do regimento interno
Definição do público atendido
Identificação do público atendido, perfil de atendimento e competências socioassistenciais e terapêuticas
Visitas domiciliares para todos os usuários pré-selecionados
Planejamento terapêutico com as famílias



5.8 CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Objetivo geral: Criar um centro de convivência para jovens e adultos com comprometimentos neurológicos, a fim de, oferecer continuidade à estimulação global de potencialidades e novas habilidades.									
Macro-atividades	**Atividades**	CRONOGRAMA							
		1º trimestre/ 2021	2º trimestre/ 2021	3º trimestre/ 2021	4º trimestre/ 2021	1º trimestre/ 2022	2º trimestre/ 2022	3º trimestre/ 2022	4º trimestre/ 2022
1 - Aquisição do espaço para construção do centro de convivência	1.1 - Apresentação da proposta do projeto ao prefeito de Santana de Parnaíba, para encaminhamento à Camara municipal para deliberação da concessão.								
	1.2 - Captação de recursos para a construção, através de incentivos fiscais e emendas parlamentares.								
	1.3 - Fortalecer os programas já existentes na organização, tais como, nota fiscal paulista e apadrinhamento.								

2 Construção do Centro de convivência.	2.1 - Buscar parceiros através de empresas privadas para o custeio de materiais de construção, mão-de-obra e acessoria técnica.							
	2.2 - Início da construção. 2.3 - Aquisição do mobiliário, através de parceiros engajados na causa.							
	2.4 - Aquisição dos equipamentos específicos para os atendimentos terapêuticos.							
	2.5 - Montagem das salas e oficinas de atendimentos.							
	2.6 Vistoria da obra e deliberação pelos órgãos públicos.							
3 - Definição da equipe técnica.	3.1 - Processo de seleção e contratação da equipe técnica.							
	3.2 - Treinamento da equipe.							
	3.3 - Montagem de fluxograma para todos os processos.							
	3.4 - Estruturação do regimento interno.							
4 - Definição do público atendido.	4.1 - Identificação do público atendido, perfil de atendimento da pessoa com deficiência (idade e doença neurológica de base) e competências socioassistenciais e terapêuticas.							
	4.2 Visitas domiciliares para todos os usuários pré selecionados. 4.3 - Planejamento terapêutico com as famílias.							
5 - Implantação de todas as atividades do Centro de convivência.	5.1 - Revisão das salas e oficinas de atendimento. 5.2 - Mutirão de limpeza.							
	5.3 Inauguração do Centro de convivência e início das atividades.							
6 - Reavaliação e nova revisão dos processos.	6.1 Implantação de indicadores para a avaliação dos processos.							
	6.2 - Revisão dos processos.							
	6.3 - Ajuste dos processos, conforme necessidades encontradas.							
	6.4 - Monitoramento e avaliação dos processos.							

5.9 ORÇAMENTO

Fase – obra civil		
Item	*Discriminação*	*Vlr Fase R$*
1	Serviços Gerais	229.336,00
2	Administração da Obra	53.960,00
3	Instalações Provisórias	178.980,00
4	**Prédio Rainha Jovens**	

4.1	Canteiro de obras e locação	92.360,00
4.2	Terraplanagem com movimento de terra	202.305,00
4.3	Fundações	569.323,00
4.4	Supraestrutura	2.157.965,00
4.6	Portas e portões	196.250,00
4.7	Telhas, calhas e rufos	1.304.670,00
4.8	Impermeabilizações	102.624,00
4.9	Piso interno	815.320,00
4.10	Instalações Hidráulicas	622.262,00
4.10	Instalação Elétrica	665.320,00
4.11	Pintura Geral	301.365,00
4.12	Limpeza	357.960,00
	TOTAL GERAL	***7.850.000,00***

Equipe Técnica	Orçamento - Recursos Financeiros (mês)	
Coordenadora do Projeto	R$	6.000,00
Fonoaudiólogo	R$	3.000,00
Psicóloga	R$	3.000,00
Neuropediatra	R$	4.000,00
Assistente Social	R$	4.000,00
Terapeuta ocupacional	R$	2.800,00
Fisioterapeuta	R$	2.800,00
Musicoterapeuta	R$	2.800,00

Jovem Aprendiz Assistente Administrativo	R$	1.200,00
Serviços Gerais	R$	1.300,00
Total	**R$**	**30.900,00**

Encargos relacionado aos custos de salário	R$ 20.000,00
Material de manutenção	R$ 10.000,00
Mobiliário	R$ 200.000,00

Obs: Valores estimados, a serem revistos e atualizados com o detalhamento do projeto.

5.10 PLANEJAMENTO DE COMUNICAÇÃO

PLANO DE AÇÃO/COMUNICAÇÃO

	CAMPANHA	OBJETIVO	INDICADORES	AVALIAÇÃO	MEIOS	MENSURAR
NOTA FISCAL PAULISTA	**Colaboradores**	Divulgar aos colaboradores a importância de cadastrar a Rainha da Paz como entidade beneficente na NFP Conscentizar para informar sempre o CPF nas	100% de adesão (perfeito) 80% a 99% de adesão (ótimo) 70% a 79% de adesão (satisfatório)	Imediata	Grupo do Whatsapp Cartaz no mural de informação e-mail coorporativo	Número de inscrito no Arcanjo
	Colaboradores multiplicadores	Mobilizar para que os colaboradores multipliquem para seus familiares, amigos e conhecidos a importância de cadastrar a Rainha da Paz como entidade beneficente na NPF e conscentizá-los de informarem sempre o CPF nas compras dos estabelecimentos	Cada colaborador trouxer um CPF por mês (perfeito) Cada colaborador trouxer um CPF a cada dois meses (ótimo) Cada colaborador trouxer um CPF a cada três meses (satisfatório) Cada colaborador trouxer um	Mensal	Face-to-face Folheto informativo Site Redes sociais Contato telefônico	Número de inscrito no Arcanjo
	Padrinhos ativos	Sensibilizar os padrinhos ativos que não aderiram a NFP para cadastrar a Rainha da Paz como entidade beneficente e conscentizar para informar sempre o CPF nas compras dos estabelecimentos	100% de adesão (perfeito) 60% a 99% de adesão (ótimo) 30% a 59% de adesão (satisfatório) < de 30% de adesão (insatisfatório)	Mensal	E-mail marketing Folhetim Folheto informativo Contato telefônico Site Redes sociais	Número de inscrito no Arcanjo
	Padrinhos ativos multiplicadores	Mobilizar para que os padringhos multipliquem para seus familiares, amigos e conhecidos a importância de cadastrar a Rainha da Paz como entidade beneficente na NPF e conscentizá-los de informarem sempre o CPF nas compras dos estabelecimentos	Cada padrinho trouxer um CPF a cada dois meses (perfeito) Cada padrinho trouxer um CPF novo a cada três meses (ótimo) Cada padrinho trouxer um novo CPF a cada quatro ou cinco meses (satisfatório) Cada padrinho trouxer um novo CPF a cada seis meses	Mensal	E-mail marketing Folhetim Folheto informativo Contato telefônico Site Redes sociais	Número de inscrito no Arcanjo
	Pais	Divulgar aos pais a importância de cadastrar a Rainha da Paz como entidade beneficente na NFP Conscentizar para informar sempre o CPF nas	100% de adesão (perfeito) 80% a 99% de adesão (ótimo) 70% a 79% de adesão (satisfatório)	Imediata	Mini teatro/psicodrama Grupo do Whatsapp Cartaz no mural de informação	Número de inscrito no Arcanjo

	CAMPANHA	OBJETIVO	INDICADORES	AVALIAÇÃO	MEIOS	MENSURAR
NOTA FISCAL PAULISTA	**Pais multiplicadores**	Mobilizar para que os pais multipliquem para seus familiares, amigos e conhecidos a importância de cadastrar a Rainha da Paz como entidade beneficente na NPF e conscentizá-los de informarem sempre o CPF nas compras dos estabelecimentos	Cada paia trouxer um CPF por mês (perfeito) Cada pai trouxer um CPF a cada dois meses (ótimo) Cada pai trouxer um CPF a cada três meses (satisfatório) Cada pai trouxer um CPF a cada quatro meses (insatisfatório)	Mensal	Face-to-face Folheto informativo Site Redes sociais Grupo do Whatsapp	Número de inscrito no Arcanjo
	Voluntários	Sensibilizar os voluntários que não aderiram a NFP para cadastrar a Rainha da Paz como entidade beneficente e conscentizar para informar sempre o CPF nas compras dos estabelecimentos	100% de adesão (perfeito) 60% a 99% de adesão (ótimo) 30% a 59% de adesão (satisfatório) < de 30% de adesão (insatisfatório)	Imediata	E-mail marketing Folhetim Folheto informativo Contato telefônico Site Redes sociais	Número de inscrito no Arcanjo
	Voluntários multiplicadores	Mobilizar para que os voluntários multipliquem para seus familiares, amigos e conhecidos a importância de cadastrar a Rainha da Paz como entidade beneficente na NPF e conscentizá-los de informarem sempre o CPF nas compras dos estabelecimentos	Cada voluntário trouxer um CPF a cada dois meses (perfeito) Cada voluntário trouxer um CPF novo a cada três meses (ótimo) Cada vluntário trouxer um novo CPF a cada quatro ou cinco meses (satisfatório) Cada voluntário trouxer um novo CPF a cada seis meses	Mensal	E-mail marketing Folhetim Folheto informativo Contato telefônico Site Redes sociais	Número de inscrito no Arcanjo
	Novas adesões	Divulgar, explicar, consientizar e sensibilizar novos CPFs para adesão do cadastramento na NFP	10 NFP (Perfeito) 07 a 09 NFP (ótimo) 04 a 06 NFP (satisfatório) < de 04 NFP (insatisfatório)	Mensal	Eventos Açoes sociais Ações empresariais Redes sociais Folhetim Site Face-to-face PDV	Número de inscrito no Arcanjo
	Renovação	Antes do término do período de de dois anos, conscientizar a renovação para um novo período de doação	100% de adesão (perfeito) > de 100% (insatisfatório)	Imediata	E-mail marketing Folhetim Folheto informativo Contato telefônico	Número de inscrito no Arcanjo

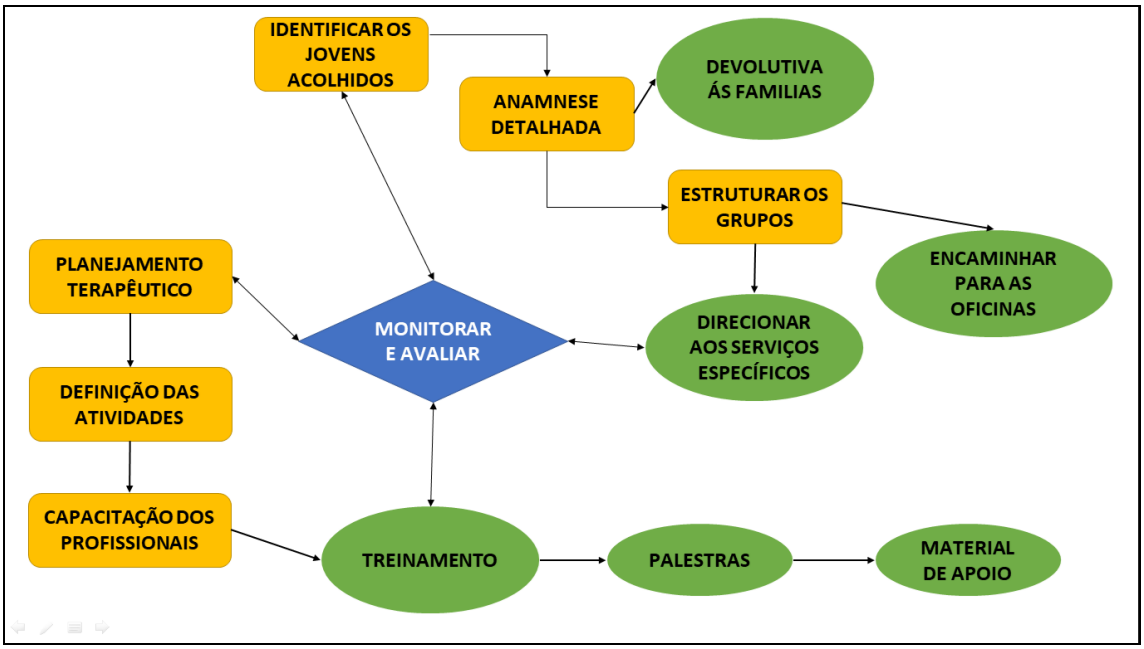
	CAMPANHA	OBJETIVO	INDICADORES	AVALIAÇÃO	MEIOS	MENSURAR
PADRINHOS	**Fidelização**	Demostrar onde e como o valor está sendo envestido nos atendimentos	Inativar zero padrinhos no mês (perfeito) Manter o padrinho mais de 12 meses contribuindo (perfeito)	Mensal	E-mail marketing Programa de fidelidade Mural dos padrinhos Marketing boca a boca Criação de sentimento de comunidade e pertencimento	Tempo de apadrinhamento
	Multiplicadores	Mobilizar para que os padrinhos multipliquem para seus familiares, amigos e conhecidos a Rainha da Paz e nos passe o contato telefônico para que possamos divulgar as formas de apadrinhamento	15 padrinhos (Perfeito) 11 a 14 padrinhos (ótimo) 07 a 10 padrinhos (satisfatório) < de 07 NFP (insatisfatório)	Mensal	E-mail marketing Face-to-face Folheto informativo Site Contato telefônico	Número de inscrito no Arcanjo
	Inativos	Sensibiliar os padrinhos inativos de como a contribuição dele colaborou para a realização do trabalho da Rainha da Paz, trazendo novamente para o grupo de padrinhos ativos	10 padrinhos (Perfeito) 07 a 09 padrinhos (ótimo) 04 a 06 padrinhos (satisfatório) < de 4 padrinhos (insatisfatório)	Mensal	E-mail marketing Face-to-face Contato telefônico	Número de reativação no Arcanjo
	Novas adesões	Divulgar, explicar, consientizar e sensibilizar novos padrinhos	50 padrinhos (Perfeito) 40 a 49 padrinhos (ótimo) 30 a 39 padrinhos (satisfatório) < de 30 NFP (insatisfatório)	Mensal	Eventos Açoes sociais Ações empresariais Redes sociais Folhetim Site Face-to-face PDV	Número de inscrito no Arcanjo
	Alteração de forma de pagamento	Consientizar o padrinho para alterar a forma de pagamento de boleto para transferência automática, diminuindo o valor de taxas bancárias e revertendo esse valor para a	100% de adesão (perfeito) 60% a 99% de adesão (ótimo) 30% a 59% de adesão (satisfatório)	Mensal	E-mail marketing Face-to-face Contato telefônico	Número de transferência no Arcanjo
	Alteração na forma de envio de boletos	Consientizar o padrinho para alterar a forma de envio de boleto por e-mail ou Whasapp, diminuindo o valor de taxas de correios e revertendo esse valor para a finalidade fim	100% de adesão (perfeito) 60% a 99% de adesão (ótimo) 30% a 59% de adesão (satisfatório)	Mensal	E-mail marketing Face-to-face Contato telefônico	Número de transferência no Arcanjo

Para a sustentabilidade dos projetos da Rainha da Paz, já temos um plano de comunicação e captação consolidados, e estes serão intensificados para execução deste projeto.

5.11 SISTEMA DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PROJETO

SISTEMA DE AVALIAÇÃO			
Ações	**Indicadores**	**Meios de verificação**	**Período de verificação**
Aquisição do espaço para construção do centro de convivência	Cessão definitiva da posse do terreno	Escritura ou documentação correspondente	início do projeto
Construção do centro de convivência	Cronograma físico-financeiro	Visita técnica para comparação real x realizado	semanal
Definição da equipe técnica	Equipe contratada e treinada	Número de contratações Planejamento terapêutico realizado	De acordo com cronograma
Triagem multidisciplinar	Mapeamento dos usuários	Fichas de avaliação	Primeira avaliação do usuário
Planejamento terapêutico de todas as atividades ofertadas	Grau de funcionalidade dos usuários	Aplicação do questionário CIF	Semestral
Grupos de apoio com os familiares	Assiduidade das famílias	Listas de presença, registros por fotos e aplicação de pesquisas de satisfação.	Trimestral

A figura abaixo detalha o sistema de avaliação e monitoramento da população atendida.



5.12 MAPA DE RISCOS

	RISCO (AMEAÇA/ OPORTUNIDADE)	PROBABILIDADE	IMPACTO	EXPOSIÇÃO AO RISCO	ESTRATÉGIA	RESPOSTA DO RISCO	RESPONSÁVEL
1	Não aquisição da concessão do terreno	Baixo	Alto	Média	Mitigar	Envolver os jovens e suas famílias no pleito da área a ser concedida	Coordenador do Projeto
2	Falta de recursos para viabilização da construção	Baixa	Alto	Média	Mitigar	Realizar campanhas de conscientização sobre importância do projeto para os jovens	Coordenador do Projeto

3	Receber uma procura maior do que a capacidade esperada.	Alta	baixo	Média	Mitigar, realizar atividade alternativa	Dar encaminhamento para outras organizações que trabalhem o mesmo público. Buscar parceria para ampliar atendimento	Coordenador do Projeto
4	Ter procura de pacientes com idade inferior aos 18 anos	Baixo	baixo	baixo	mitigar	Transferir ou direcioná-lo a outra Instituição que atende demanda de idade.	Coordenador do Projeto

5.13 SUSTENTABILIDADE

Sustentabilidade
Atendimento diferenciado na região
Aprovação da diretoria e parceiros envolvidos no projeto
Equipe multidisciplinar treinada para o desenvolvimento dos processos
Impacto positivo na comunidade

5.14 EQUIPE EXECUTORA

Função no projeto	Formação e/ou qualificação profissional	Experiência prévia	Natureza do vínculo
Coordenador do Projeto	Graduado em Assistência Social com especialização em gestão de projetos	Experiência em elaboração/ revisão de Projetos da Organização bem como a construção de relatórios de prestação de contas de verbas públicas e privadas.	CLT
Fonoaudiólogo	Graduado em Fonoaudiologia	Experiência com pessoas com deficiência.	CLT
Psicóloga	Graduado em Psicologia e especialização em Psicomotricista.	Experiência com pessoas com deficiência.	CLT
Neuropediatra	Graduado em Pediatria e ou/ Neuropediatria	Experiência em neurologia infantil, experiência com pacientes com síndrome do X frágil	CLT
Assistente Social	Graduado em Assistência Social e Pós Graduação em Trabalho Social com Famílias.	Experiência no apoio e aconselhamento aos pais, como também na intervenção direta com as crianças.	CLT
Terapeuta ocupacional	Graduado em Terapia Ocupacional	Experiência em Educação Especial , Inclusiva e Comportamental.	CLT
Fisioterapeuta	Graduado em Fisioterapia	Experiência em Educação Especial , Inclusiva e Comportamental.	CLT
Musicoterapeuta	Graduado em Musicoterapia	Experiência em Musicoterapia	CLT
Jovem Aprendiz Assistente Administrativo	Estudante do ensino médio	Com conhecimento em word, excel.	CLT Aprendiz Legal

5.15 PARCEIROS E MATRIZ DE RESPONSABILIDADES

A Rainha da Paz conta com uma parceria estabelecida entre uma rede de serviços prestados em diversas áreas de atuação. A nossa principal parceira é a Paróquia Bom Pastor, nossa mantenedora. Também contamos com fortes e consolidadas parcerias como as prefeituras de: Santana de Parnaíba, Barueri e Itapevi com termos de colaboração.

Temos parceria com o ministério público e diversos órgãos municipais e federais.

As empresas privadas também realizam o seu papel social dentro da Instituição nos apoiando em vários projetos permanentes e temporários, destacando algumas que estão presentes desde a fundação: Fundo de Beneficência Eiko Osaka de Moraes; Espabra; Kicaldo.

Voluntários, homens e mulheres apaixonados por uma causa social se dedicam incansavelmente para direta ou indiretamente contribuir para o crescimento de uma sociedade justa e solidária. Atualmente a instituição conta com cerca de 300 voluntários que atuam em todos os serviços ofertados pela Rainha.

Destacamos alguns parceiros que conosco travam dia a dia intensas lutas, sempre acreditando que juntos somos mais fortes e podemos fazer a diferença.

- Organizações da região e entorno:

Figura 23 - Parceiros da Organização

Fonte: Departamento de Comunicação Rainha da Paz

- Empresas privadas

Mais do que oferecer ajuda, nossos parceiros e colaboradores assumem um compromisso conosco de melhorar vidas. Esses parceiros não fazem filantropia, mas sim constroem conjuntamente com a Comunidade esse reino que acolhe de coração e braços abertos, permitindo a Rainha da Paz contar com ações e programas permanentes. Fazem história conosco nestes 19 anos e com certeza nos apoiarão nesta ampliação de atendimentos. Já estamos iniciando tratativas para apoiadores do projeto.

Figura 24 – Parceiros (empresas privadas)

Fonte: Departamento de Comunicação Rainha da Paz

- Mantenedora:

Figura 25 - Mantenedora

Fonte: Departamento de Comunicação Rainha da Paz

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim é na Rainha da Paz, onde há 19 anos o atendimento individualizado para cada usuário está sendo um diferencial. A construção deste trabalho partiu deste olhar, considerando as necessidades, vontades e perspectivas futuras para cada usuário e sua família. Nossa motivação está inscrita em todos que direta ou indiretamente se desenvolverão com este projeto, com ganhos e conquistas, com um sorriso e a certeza do papel de cada um como parte da sociedade.

Geralmente, quando nasce um projeto social, ele visa atender uma demanda reprimida, mas nem sempre existe o cuidado de ouvir aqueles que se beneficiarão do espaço. O grande valor agregado a este trabalho foi a escuta atenta a aqueles que serão beneficiados através do centro de convivência. Tivemos o cuidado de ouvir os seus sonhos. Valorizar a sua opinião e registrá-la, para que fosse material expressivo na construção deste espaço.

Oferecer este lugar com a garantia dos seus direitos será nossa gratificação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGARTEN, Marcia Regina I. Santos. **O que é inclusão social e como praticá-la?**. Phomenta.2019. Disponível em: https://www.phomenta.com.br/o-que-e-inclusao-social-e-como-praticar . Acesso em: 28 dez. 2020.

Barbieri MC. **Cuidado à criança e ao adolescente com deficiência visual: experiência da família.** Dissertação de Mestrado em Enfermagem – Faculdade de Enfermagem, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos 2016. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/7757 . Acesso em 15 dez. 2020.

BRASIL. **Constituição** da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ constituicao.htm. Acesso em: 10 nov. 2020.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o **Estatuto da Criança e do Adolescente** e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil**,** Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm . Acesso em: 10 dez. 2020.

BRASIL. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre a **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** e da outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil**,** Brasília, DF, 20 dez 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm . Acesso em: 03 nov. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 06 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm . Acesso em: 05 dez. 2020.

CAMARANO, A. A., KANSO, S., MELLO. **«Estão fazendo a transição os jovens que não estudam, não trabalham e não procuram trabalho**. Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise, Brasília: Ipea, v.17, n.53, p.37-44, nov./2012.Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3855/1/bmt53 _nt03_jovens.pdf . Acesso em: 15 nov. 2020.

CARVALHO, Edler R. **Atendimento educacional especializado, em organização governamental de ensino, para alunos que apresentam distúrbios de aprendizagem. Discurso e Prática.** Tese de Doutorado em Educação Rio de Janeiro – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1996.

DAYRELL, J. **«A escola "faz" as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil».** Revista Educação e Sociedade, Campinas, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2228100.pdf. Acesso em: 02 dez. 2020.

DINIZ, D., BARBOSA, L. & SANTOS, W. R. **Deficiência, direitos humanos e justiça**. Deficiência e discriminação. Brasília: LetrasLivres: EdUnB. 2010.

DOUTOR, C. **Um olhar sociológico sobre os conceitos de juventude e de Práticas culturais: Perspetivas e reflexões**. *Última Década, 24*(45), pp. 159-174, 2019. . Disponível em https://ultimadecada.uchile.cl/index.php/UD/article/view/54186/56947. Acesso em: 10 dez. 2020.

FREITAS, Maria V. **Desafios e perspectivas pastorais**. CNBB. Brasília: 2013. Disponível em: www.ipea.gov.br . Acesso em: 26 dez. 2020.

FRANCA, Inacia S. X.; PAGLIUCA, Lorita M. F**. Inclusão social da pessoa com deficiência: conquistas, desafios e implicações para a enfermagem**. Revista da Escola de Enfermagem. USP, v.43, n.1, p.178-185. São Paulo, 2009. Disponível em https://doi.org/10.1590/S0080-62342009000100023 . Acesso em: 30 nov. 2020

FREITAS, Maria Virgínia de. **O uso das noções de adolescência no contexto brasileiro**. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

GIL, Marta. **Linha do tempo: leis, diretrizes e programas sobre Educação Especial**. São Paulo, 2020. Disponível em: camarainclusão.com.br. https://www.camarainclusao.com.br/artigos/linha-do-tempo-leis-diretrizes-e-programas-sobre-educacao-especial . Acesso em: 28 dez. 2020.

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Projeções e estimativas da população do Brasil e das Unidades da Federação**. 2018. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/ . Acesso em: 19 nov. 2020.

IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Jovens possuem menor chance de serem contratados e maior de serem demitidos**. [*S. l.*], 2019. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal . Acesso em: 28 dez. 2020.

LEITE, J. M. R. S.; PRADO, G. F. DO. **Paralisia cerebral Aspectos Fisioterapêuticos e Clínicos**. Revista Neurociências, v. 12, n. 1, p. 41-45, 31 mar. 2004. Disponível em: https://periodicos.unifesp.br/index.php/neurociencias/article/view/8886 . Acesso: 12 dez. 2020.

MALFITANO, A. P. S. **Juventudes e contemporaneidade: entre a autonomia e a tutela.** Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia Etnográfica (Lisboa), v. 15. 2011 Disponível em: https://journals.openedition.org/etnografica/1060 . Acesso em: 05 dez. 2020.

MONTOAN, Maria Tereza Engler. **Ser ou estar, eis a questão: explicando o déficit intelectual.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.

ODS Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. **Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. [*S. l.*], 2020. Disponível em: https://odsbrasil.gov.br/ . Acesso em: 28 dez. 2020.

OMS Organização Mundial da Saúde. **Classificação Internacional das Deficiências, Incapacidades e Desvantagens (Handicaps): Um manual de classificação das consequências das doenças (CIDID).** Lisboa: SNR/OMS. 1989

OMS Organização Mundial da Saúde. **Programa de ação Mundial para as Pessoas com Deficiência**. Resolução 37/52 de 03 de dezembro de 1982. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/deficiente/progam.htm#:~:text=A%20finalidade%20do%20Programa%20de,vida%20social%20e%20no%20desenvolvimento.

ONU – Assembleia Geral das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** 1948. Disponível em http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php . Acesso em 13/12/2020.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO-PNUD. **Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. Disponível em:< http://www.pnud.org.br/odm.aspx >. Acesso em: 27 de dezembro de 2020.

SÁ, Elizabet D. **Considerações sobre a inclusão social dos portadores de deficiência.** Rede Saci. Belo Horizonte: 2002. Disponível em: www.saci.org.br . Acesso em: 20 jun. 2007.

SASSAKI, Romeu Zakumi. **Inclusão. Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SILVA, Roselani S.; SILVA, Vini R. **Política Nacional de Juventude: trajetória e desafios. Scielo**, Salvador, ano 2011, v. 24, ed. 63, set/dez 2011.

SINGER, Petter. **Ética prática.** São Paulo: Martins Fontes, 1994.

UNICEF United Nations International Children's Emergency Fund. **Crianças com Deficiência**. Situação Mundial da Infância 2013. New York, 2013.

VASH, C. ***Enfrentando a Deficiência.*** São Paulo: EDUSP/ Pioneira. 1988

WERNECK, Cláudia**. Ninguém mais vai ser bonzinho, na sociedade inclusiva.** Rio de Janeiro: WVA, 1998.

APÊNDICE 1 - FORMULÁRIO DE PESQUISA PARA OS JOVENS

Adolescentes / Jovens - Conte-nos os seus sonhos!!

Formulário destinado à adolescentes e jovens, a partir de 15 anos, que realizam atendimentos na Rainha da Paz.

Gostaríamos muito de saber quais os seus sonhos.. Conte-nos o que você sonha de melhor para si..
*Obrigatório

1. Nome do adolescente/jovem: *

2. Idade: *

3. Nome do responsável: *

4. Quando você sonha um futuro legal, como é que você se vê, o que se vê fazendo? *

5. O que você acha que, se tivesse a mais na Rainha da Paz ou em outro local de atendimento, deixaria você mais feliz? *

Marque todas que se aplicam.

- [ ] Grupo de Xadrez
- [ ] Aula de música
- [ ] Cursos profissionalizantes
- [ ] Modalidades de esporte adaptado
- [ ] Oficina de pintura
- [ ] Artesanato
- [ ] Oficina Geração de renda
- [ ] Dança / Teatro
- [ ] Gameterapia
- [ ] Hípica
- [ ] Outro: _____

6. Imagina que você ganhou muito na loteria, o que você faria? *

_____

_____

_____

_____

_____

7. Nome do adolescente/jovem: *

_____

8. Idade: *

_____

9. Nome do responsável: *

_____

10. Quando você sonha um futuro legal, como é que você se vê, o que se vê fazendo? *

11. O que você acha que, se tivesse a mais na Rainha da Paz ou em outro local de atendimento, deixaria você mais feliz? *

Marque todas que se aplicam.

- [ ] Grupo de Xadrez
- [ ] Aula de música
- [ ] Cursos profissionalizantes
- [ ] Modalidades de esporte adaptado
- [ ] Oficina de pintura
- [ ] Artesanato
- [ ] Oficina Geração de renda
- [ ] Dança / Teatro
- [ ] Gameterapia
- [ ] Hípica
- [ ] Outro: _____

12. Imagina que você ganhou muito na loteria, o que você faria? *

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

APÊNDICE 2 - FORMULÁRIOS DE PESQUISA PARA AS FAMÍLIAS

Famílias - Conte-nos os seus sonhos!!

A nossa realidade nem sempre é fácil, né? Às vezes a gente se pega sonhando, imaginando como seria um futuro melhor para os nossos jovens portadores de alguma deficiência. Queremos pensar com vocês sobre isso!!

*Obrigatório

1. Nome do adolescente/jovem acompanhado na Rainha da Paz: *

2. Idade: *

3. Nome do responsável: *

4. Nos seus melhores sonhos, como você vê o futuro do seu filho, o que de melhor pode acontecer? *

5. O que você acha que, se tivesse a mais na Rainha da Paz ou em outro local de atendimento, deixaria seu(sua) filho(a) mais feliz? *

Marque todas que se aplicam.

- [ ] Grupo de Xadrez
- [ ] Aula de música
- [ ] Cursos profissionalizantes
- [ ] Modalidades de esporte adaptado
- [ ] Oficina de pintura
- [ ] Artesanato
- [ ] Oficina geração de renda
- [ ] Dança / Teatro
- [ ] Gameterapia
- [ ] Hípica
- [ ] Outro: _____

6. Imagina que você ganhou muito na loteria, o que você faria? *

_____

_____

_____

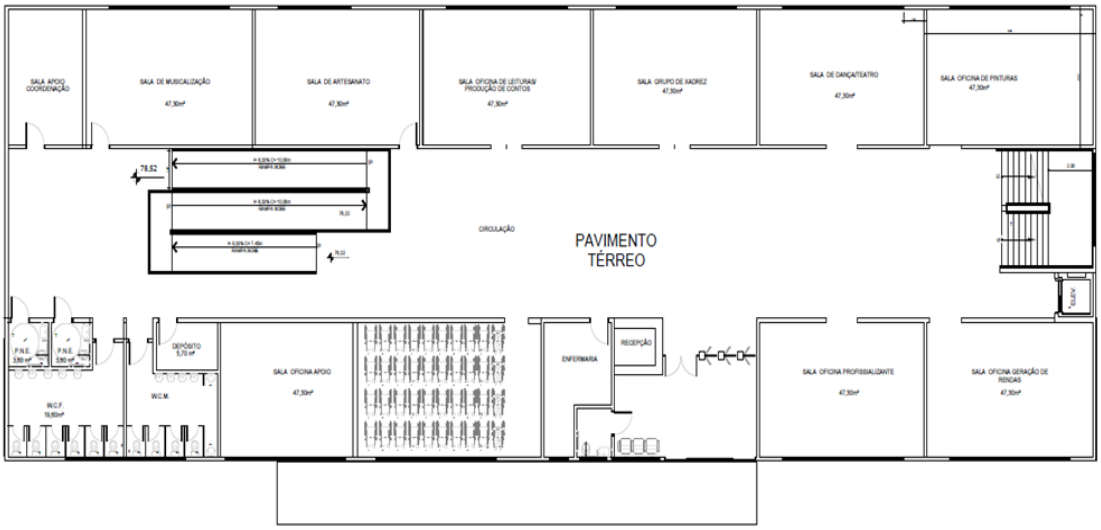
_____

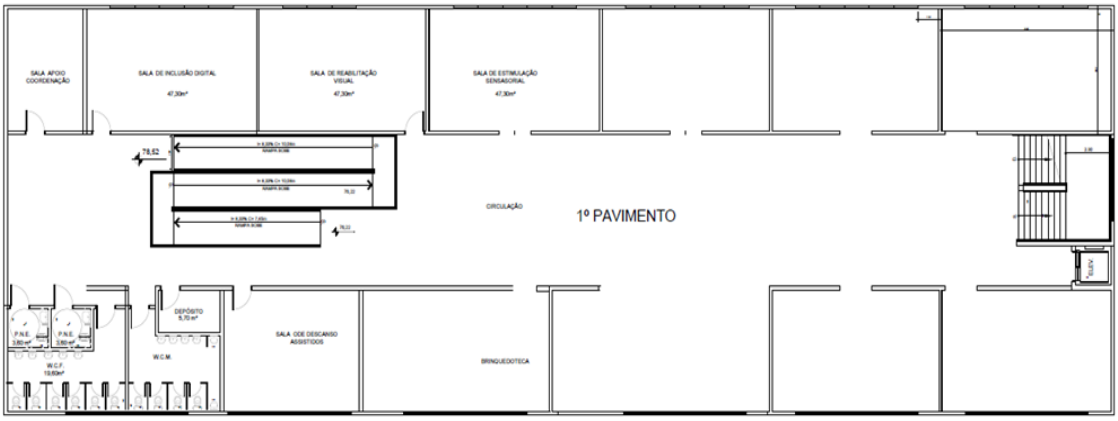
_____

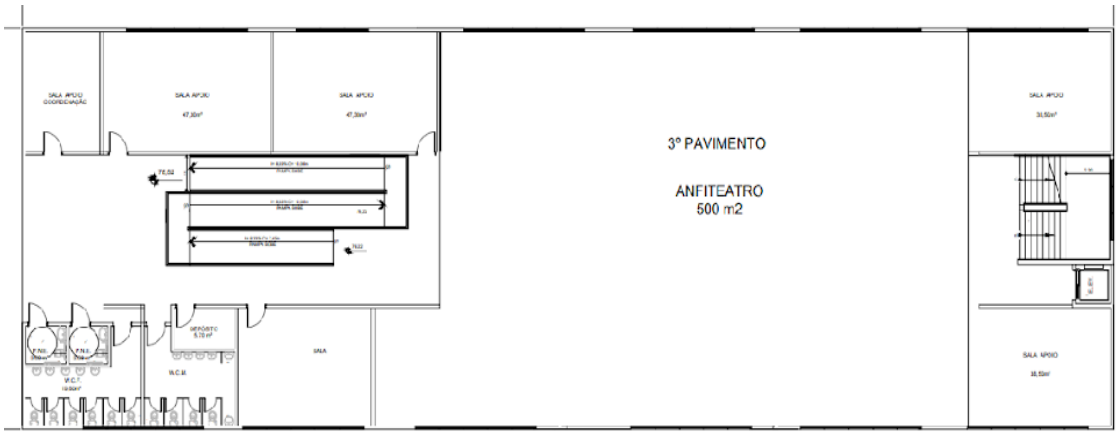
Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

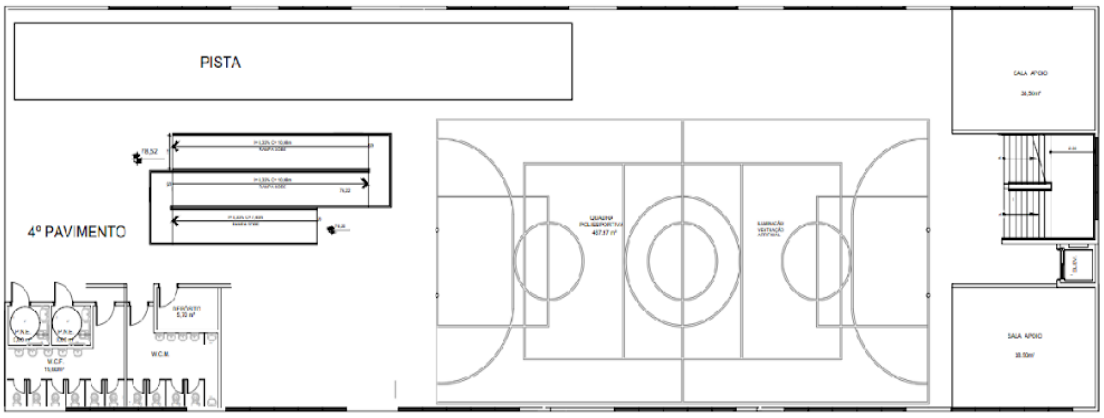
Google Formulários

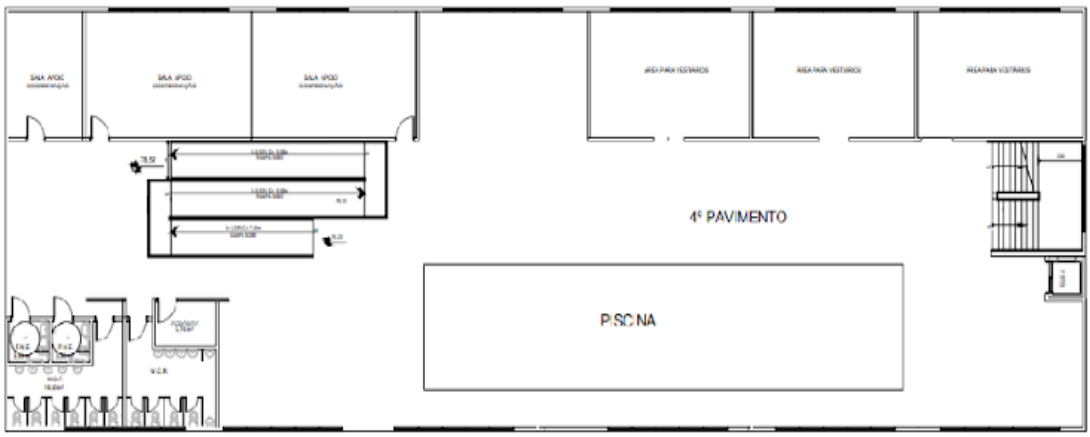
APÊNDICE 3 - PLANTAS DA ESTRUTURA DO PROJETO






3º PAVIMENTO
ANFITEATRO
500 m2


PISTA
4º PAVIMENTO


4º PAVIMENTO
PISCINA

Anexo 1 - Finalidade Estatutária da Rainha da Paz

A Rainha da Paz tem por finalidade preponderante a assistência social, sem fins econômicos e lucrativos, como instrumento de proteção social de crianças, adolescentes, jovens e adultos, com deficiência, visando à garantia da vida, à redução de danos e a prevenção de incidência de riscos – proteção social básica e especial em média complexidade, em consonância com a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), com o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e demais legislações aplicáveis.

A Rainha da Paz, na observância do princípio da universalidade e no atendimento de suas finalidades institucionais é isenta de qualquer preconceito ou discriminação de raça, cor, credo religioso, classe social, concepção política, partidária, filosófica ou nacionalidade.

Os objetivos da Associação Beneficente Comunidade de Amor Rainha da Paz são:

I. Promover ações para garantir a habilitação e reabilitação de pessoas com deficiências múltiplas fortalecendo os vínculos familiares e comunitários, assim como a autonomia, a independência, a segurança, o acesso aos direitos, contribuindo assim para a sua inclusão à vida comunitária, além dos objetivos estipulados na Lei nº 8.742, de 1993;

II. Promover ações de Vigilância Socioassistencial; de Proteção Social Básica e de Proteção Social Especial de Média Complexidade, e ainda de Defesa e Garantia de Direitos, caracterizadoras da habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência no âmbito da assistência social;

III. Promover às pessoas com deficiência e suas famílias os benefícios e serviços socioassistenciais tipificados pela legislação da assistência social e seus regulamentos;

IV. Promover a capacitação permanente de seus profissionais de modo a contribuir com o protagonismo; autonomia e fortalecimento das pessoas com deficiências múltiplas e suas famílias;

V. Orientar, estimular, apoiar e promover o adequado desenvolvimento físico, intelectual, emocional e social das pessoas com deficiências múltiplas;

VI. Estimular nas pessoas com deficiências múltiplas e suas famílias a luta pelo atendimento aos direitos de acesso à educação, saúde, cultura, transporte, lazer e trabalho;

VII. Promover a participação na organização e gestão social no que se refere às condições de qualidade de vida e inclusão social da população com deficiências múltiplas;

VIII. Primar pela garantia da existência de processos participativos dos usuários na busca do cumprimento da missão da **RAINHA DA PAZ**, bem como da efetividade na execução de seus serviços, projetos e benefícios socioassistenciais;

IX. Promover a autonomia e o empoderamento que levam à superação das situações preconceituosas e de violação dos direitos;

X. Elaborar ações, projetos e programas específicos para as pessoas com deficiências múltiplas, de modo a elevar seu desenvolvimento e inclusão à vida comunitária;

XI. Manter a supremacia do atendimento às necessidades sociais, sobre as exigências de rentabilidade econômica;

XII. Promover o acesso a benefícios legais e ações afirmativas, bem como encaminhamento a serviços socioassistenciais, terapêuticos, escolares, educativos, de convivência, transportes, na comunidade, que não sejam ofertados pela própria **RAINHA DA PAZ**;

XIII. Contribuir na prevenção da segregação e institucionalização dos usuários, cuidando da convivência e dos vínculos familiares;

XIV. Apoiar as famílias e a pessoa com deficiência na minimização da sobrecarga referente aos cuidados e aos desgastes nas relações;

XV. Promover ações no sentido de informar e esclarecer os diversos segmentos da sociedade, com o objetivo de incluir social e profissionalmente as pessoas com deficiências múltiplas;

XVI. Promover outras iniciativas de caráter cultural, envolvendo diferentes segmentos da sociedade, que sejam necessárias para o bom desenvolvimento de suas atividades e que estejam de acordo com seus princípios e orientações, notadamente através da realização de seminários, conferências, congressos, mostras, exposições, festivais, concursos a nível local ou nacional que abordem a problemática da pessoa com deficiência

pelas diferentes áreas do conhecimento, como a literatura, artes plásticas, artes cênicas, arquitetura, dança, música, dentre outras;

XVII. Firmar parcerias e patrocínios de projetos que beneficiem a pessoa com deficiências múltiplas, direta ou indiretamente;

XVIII. Tomar outras iniciativas que se tornarem necessárias para o institucionais, pode criar e manter qualquer modalidade de assistência social que venha promover seus usuários.

§ 2º - A **RAINHA DA PAZ** pode utilizar-se de todos os meios necessários de comunicação ao atendimento de suas finalidades institucionais.desenvolvimento e aprimoramento dos objetivos da **RAINHA DA PAZ** e que comunguem com seus princípios e orientações estatutárias;

XIX. Promover ações beneficentes, filantrópicas no atendimento de seus usuários, na promoção da coletividade, do bem comum, no interesse social;

XX. Promover o trabalho conjunto de seus associados, dos órgãos públicos, empresas privadas da sociedade civil organizada e comunidade em geral;

XXI. Apoiar instituições beneficentes com objetivos congêneres ou afins, através de parcerias, convênios, contratos, promovendo atividades conjuntas e mantendo intercâmbios educacionais, culturais, assistenciais, beneficentes e informativos;

XXII. Promover ações assistenciais visando à defesa de direitos sociais, coletivos e difusos relativos à educação, à cultura, ao esporte, à ciência e pesquisa, na inovação tecnológica, ao meio ambiente, à qualidade de vida e saúde, aos direitos humanos, à ética, à paz, à cidadania, à democracia e a outros valores universais, e aos direitos específicos das pessoas com deficiência;

XXIII. Estimular a participação na vida pública do território e desenvolver competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo contemporâneo;

XXIV. Assegurar espaços de referência para o convívio grupal, comunitário e social, proporcionando o desenvolvimento de relações de afetividade, solidariedade e respeito mútuo;

XXV. Oferecer atendimento com o objetivo de prevenir agravos que possam desencadear rompimento de vínculos familiares, sociais e confinamento das pessoas com deficiência;

XXVI. Oferecer assistência terapêutica nos setores de terapia ocupacional, fisioterapia, fonoaudiologia, psicologia, nutrição, apoio pedagógico, informática, hipoterapia, odontologia, recreação, enfermagem, entre outras atividades de promoção e assistência à saúde;

§ 3º - A **RAINHA DA PAZ** na busca pelo melhor diagnóstico e visando proporcionar o tratamento adequado aos seus usuários, oferece assistência na promoção à saúde, através do serviço de análises clínicas com o objetivo de coletar dados e identificar diagnósticos a respeito da saúde dos seus usuários e de seus familiares;

§ 4º - O atendimento aos seus objetivos se dá mediante serviços, programas e projetos que qualifiquem as ações socioassistenciais.

§ 5º - Os critérios de atendimento às suas finalidades, bem como seu funcionamento podem ser disciplinados em Regimento Interno aprovado pela **Diretoria Executiva.**

§ 6º - A **RAINHA DA PAZ** presta seus serviços gratuitos de forma continuada, planejada e sem qualquer discriminação.

Anexo 2 - Folder NDEPC

Fonte: Núcleo de Desenvolvimento Educacional da pessoa com deficiência de Santana de Parnaíba